

Administração política: por uma agenda de pesquisa marxista

Agatha Justen

Claudio Roberto Marques Gurgel

Deise Luiza da Silva Ferraz

Elcemir Paço Cunha

INTRODUÇÃO

O propósito básico do presente ensaio é duplo: problematizar a Administração Política com alguns elementos que constituam uma preliminar agenda de pesquisa marxista tangente ao problema do Estado, da gestão econômica e política, assim como das crises.

Julgamos importante alertar o leitor que não partimos de uma consideração *ex professo* dos elementos fundantes da Administração Política. Dados os limites de



espaço, orientamos as considerações com vistas a estabelecer os elementos críticos e, nesse sentido, deixamos de lado inúmeras questões.

Consideramos igualmente importante sublinhar que a elaboração do presente ensaio escrito por muitas mãos significou a acomodação de aspectos polêmicos e, por vezes, divergentes. É, de certa maneira, uma mescla de diferentes posições existentes no interior do próprio debate marxista e de seus processos ininterruptos de autocrítica. Caso o texto fosse escrito por seus autores de modo individual, certamente o resultado seria materializado em textos bastante distintos.

No entanto, o exercício que representa o presente texto é o esforço coletivo de submeter as diferenças ao impulso mais importante e decisivo de compreender a realidade para transformá-la. Podemos dizer, inclusive, que o texto coletivo representa, em certa medida, a própria diversidade das potências críticas que se acomodam de modo tensionado, é verdade, no interior do marxismo como pensamento vivo.

Com efeito, consideramos contributivo a uma edição especial sobre a Administração Política extrair a própria agenda de pesquisa a partir de um debate com respeito aos elementos que julgamos fundamentais. Nesse sentido,



apresentamos a problematização dessa área de pesquisas para, logo em seguida, sugerir os aspectos centrais de uma agenda de pesquisa com tensionamentos frente àquilo que, até agora, esteve apenas às portas de uma reta crítica da Administração Política como área de pesquisa e prática social.

Entendemos a Administração Política como um campo de conhecimento, mas também (como prática social e) um movimento, que tem em vista destacar aspectos que compõem a administração e dizem respeito à responsabilidade do administrador, tais como as relações de trabalho e a distribuição da riqueza produzida. Quer ser e é um contraponto, no melhor sentido da palavra, ao tratamento raso da administração, que a reduz a métodos e técnicas de obter resultados através ou com as pessoas.

Tem evidente diálogo com a economia política e de certo modo se apropria da palavra e da expressão (política e administração política) com a deliberada intenção de provocar essa identidade.

Pós Marx, essa identidade adquiriu um caráter progressista, retirando-se de sua caracterização o traço negativo que a “crítica da economia política” induzia a ver. A economia política deixou de ser o pensamento estrito que se inicia “na Inglaterra, com W. Petty e na França, com Boisguillebert, terminando com



Ricardo, na Inglaterra e Sismondi na França” (Marx, 1982, p. 47). A crítica de Marx elevou a economia política a uma área da ciência, segundo Engels (1973), ganhando a definição que o parceiro de Marx anunciou, difundida pelo Manual da Academia de Ciências da URSS: “a economia política é uma das áreas das ciências sociais. Estuda as leis da produção social e da distribuição dos bens materiais, nos diferentes estágios do desenvolvimento da sociedade” (A.C. da URSS, 1961, p. 11). Ao que Lênin acrescentou, para melhor compreensão, que “o objeto da economia política não é simplesmente a ‘produção’, mas as relações sociais que existem entre os homens na produção, a estrutura social da produção” (Lênin, 1982, p. 29).

À economia política se contrapôs uma economia *tout court* como a quis Marshall, Jevons e Walras, principalmente, apesar de suas obras guardarem ainda a expressão ‘economia política’ nos títulos. Essa economia é uma ciência pretensamente objetiva, em que a estatística econômica lhe parece imprimir seriedade. Cronologicamente, tal ciência econômica se apresentou posteriormente com os neoclássicos e marginalistas, pretendendo abrir uma nova idade na economia. Mas sobreviveu a diferenciação entre as duas leituras: a economia política e a economia, simplesmente.

Sociais democratas, marxistas e keynesianos se transformaram em herdeiros dessa leitura ampla da economia. Mas cabe dizer que a construção marxista da economia política moderna e contemporânea, aquela que se define com Engels e se enriquece com Lênin, parte da crítica à economia política e essa crítica é “para além do capital”, lembrando o título de Mészáros (2002). Significa dizer, como Althusser e Balibar, que “criticar a economia política não pode significar criticar ou retificar tal inexatidão ou tal detalhe [...] preencher suas lacunas [...]. “Criticar a economia política” quer dizer opor-lhe uma nova problemática e um objeto novo, submeter à discussão o próprio objeto da economia política” (Althusser & Balibar, 1969, p. 171).

Assim se pode falar da administração política. Para os marxistas, no diálogo inarredável com sociais democratas e keynesianos, cabe opor uma nova problemática e um objeto novo. A problemática do capital e do capitalismo é apenas um ponto de partida, mas não é o ponto de chegada. Antes, o contrário, o ponto de chegada é sua negação, o objeto novo.

Os objetos da administração política: a produção, as relações de produção, nisto o poder e as relações de poder na administração, a distribuição e o papel do consumidor nessa distribuição, a reprodução e o Estado, suas possibilidades como instrumento da classe dominante e como arena da “condensação” das



contradições de classe (Poulantzas, 1985), são nosso ponto de partida. Mas o que cabe aos marxistas é desvelar os limites contidos nestes objetos, enquanto tratados como retificação ou detalhe.

Nesse ensaio queremos dar início ao esforço de identificação de nossos pontos comuns e nossas diferenças em relação aos aspectos já referidos e que tocam pontos no momento entendidos como relevantes de nosso debate.

Abrimos com a exposição de nossos referenciais de “método”, em diálogo direto com a administração política; destacamos o Estado como categoria e instrumento histórico para os marxistas, passamos à discussão sobre a gestão e suas possibilidades; e concluímos com uma análise das crises, buscando o ponto de partida fundamental desse fenômeno estrutural do modo de produção capitalista.

MATERIALISMO E ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA: AVANÇOS, LIMITAÇÕES E POTENCIALIDADES

As reflexões que seguem tem como objetivos: 1) sublinhar os avanços trazidos pelas discussões acerca da Administração Política, cuja potencialidade é de se constituir em contribuições significativas para os campos conhecidos como Estudos Organizacionais e Ciências Administrativas; 2) apontar os limites

presentes na proposta da Administração Política para que ela cumpra sua própria teleologia: o bem-estar social (Santos, 2001); e, 3) contribuir com um salto qualitativo na concepção de Administração Política a partir do referencial marxiano - ou, dito de outra forma: ao assumir o ponto de vista da classe trabalhadora.

Avanços: problematizando o objeto e a episteme das Ciências Administrativas

A Administração Política é fruto do caminhar de alguns intelectuais, dos quais Santos e Ribeiro (1993) são os precursores. Falar em Administração Política, portanto, não é somente problematizar um conceito, mas também compreender o processo de construção do mesmo enquanto um movimento de intelectuais que, em conjunto, se propõem a avançar na construção do conhecimento.

[...] é preciso ser compreendido sem constrangimentos pelo militante desse novo campo, que se denomina Administração Política, que o nosso trabalho é sempre guiado pelos nossos valores, pelas nossas crenças, pelas nossas ideologias; enfim, somos sempre orientados por uma larga subjetividade e exatamente por isso estamos sempre propensos a estar normatizando (mudando de curso) o que nos pareça fora da direção que imaginamos ser a mais correta, a mais justa segundo o nosso propósito e a nossa moral. Sendo assim, nós [militantes do campo da Administração Política] estamos distantes daquilo que a “ vaidade intelectual ” quer



impor que sejamos: produtores de um conhecimento resultante de uma razão científica, limitado às atividades de observar, expor e explicar – cuja natureza é mais própria das chamadas hard sciences (Santos *et al.*, 2016, p. 19).

Ao assumirem-se intelectuais e militantes, eles abriram trincheiras na estrada do saber e na prática do acadêmico. No entanto, não deixaram algumas bagagens pelo caminho, criando obstáculos ao processo de tornar o real, em sua totalidade, concreto pensado. Assim, a compreensão das condições que produzem o que eles chamam de “mazelas da sociedade” não é apreendida em suas múltiplas reciprocidades dialéticas, inviabilizando descortinar o fato de que a construção de um bem-estar social inevitavelmente necessita da superação do sociometabolismo do capital¹, em outras palavras, da emancipação humana.

A indagação por trás das reflexões do grupo que proporcionou avanços é a natureza do saber administrativo: técnica, arte ou ciência? Apesar de considerar que a resposta não seja excludente, os defensores da Administração

¹ Eis a diferença entre os militantes do capitalismo humanista (ou moralizado) e os comunistas marxistas: os últimos defendem a superação das relações sociais de produção do capital não em função de seus valores, crenças ou ideologias, todos esses termos considerados no sentido atribuído a eles pelo senso comum, mas porque uma vez compreendida a potencialidade humanizadora do ser social e o capital enquanto uma forma de organização em que esta potência está alienada, produzindo a desumanização, superar essa forma estranhada de organização social é um ato necessário de retorno da humanidade a ela mesma.

Política frisam a necessidade de ser o saber administrativo, antes de qualquer coisa, um campo científico. Portanto, para eles, é preciso definir o objeto da Administração e consolidar a base teórico-metodológica do campo, a fim de constituir efetivamente o que vem a ser a Administração Política e, por via de consequência, sua relação com as outras disciplinas científicas e com a própria Administração Profissional – essa, um desdobramento necessário daquela. E é, antes de tudo, ciência, porque, para os autores:

Assim, a nossa compreensão da ciência engloba a parte que observa, que expõe e que explica (considerado o lado puro, científico) bem como a parte empírica, aplicada, normativa ou artística (que aconselha, que prescreve, que dirige). Só assim, o conhecimento (qualquer conhecimento) pode ser libertador do homem: desde relações hierarquizadas, produtoras de todo o sofrimento, que levam à fadiga, à ânsia, à miséria, à fome (Santos, Ribeiro & Chagas, 2009, p. 21).

A delimitação do objeto da Administração é uma contribuição ímpar que o grupo faz para as ciências administrativas, sobretudo para o debate entre pesquisadores da Administração no Brasil. Santos (2001), após uma releitura dos clássicos, afirma que a Administração é um campo indefinido sobretudo porque, equivocadamente, toma como objeto do campo científico o que é, de fato, apenas um objeto de estudo. Em outras palavras: toma a unidade empírica já abstraída

(organizações) como a unidade de análise essencial do campo. Tal inapropriação – metodológica, nas palavras de Santos – ofusca o verdadeiro objeto da Administração. E qual seria esse?

E o que cabe, então, à administração? Pura e simplesmente, a gestão. Assim, cabe à administração estruturar um modelo de gestão viabilizador do objetivo da organização. Portanto, a gestão é apenas um dos conteúdos que dão institucionalidade e essência às organizações. Então, podemos concluir que é a gestão, e não a organização, que caracteriza o objeto e que dá autonomia à administração como um campo próprio do conhecimento.

Isso estando entendido, é possível dizer que as organizações podem constituir um objeto de pesquisa em administração, mas nunca que elas são o objeto que dá status de ciência à administração. Queremos dizer que uma coisa é um objeto de pesquisa e outra, bem diferente, é um objeto da ciência, ou seja, de um campo disciplinar do conhecimento. Assim, as organizações só podem ser objeto de pesquisa, e mesmo assim não o são exclusivamente da administração, mas também da antropologia, da sociologia, da economia, da medicina etc. (Santos, 2001, p. 63)

Santos claramente tem a influência de Simon, para o qual a Administração é a ciência que visa a realização de objetivos. Temos, portanto, uma das pistas para compreender o conceito de Administração Política construído pelo grupo. Falta-



nos explorar o que é entendido como Gestão. É Ribeiro (2009) que nos fornece a resposta: a utilização racional dos recursos! Porém, se isso fornece o status de ciência à Administração, isso também aproxima a Administração da Economia Política. Mas essa apropriação não é mera casualidade. Para os autores, Administração e Economia Política são disciplinas científicas que se produzem a partir de um mesmo fenômeno: as relações sociais de produção. À Economia Política recai a responsabilidade de determinar o que será produzido e por quê será produzido; à Administração – já definida como Política – cabe determinar a melhor forma de utilizar racionalmente os recursos (como). “O que significa afirmar que corresponderia à última a responsabilidade da concepção e execução do modelo de gestão que permitiria a plena realização do sistema socioeconômico – neste caso do capitalismo – compreendido em toda sua magnitude” (Ribeiro, 2009, p. 13).

Dessa compreensão, destaca-se que a Administração Política não é a mera gestão de uma organização qualquer – aqui organização no sentido apresentado anteriormente de organizações como objeto de estudo e não objeto científico –, mas a gestão das relações sociais de produção ou, como prefere Santos (2001, p. 61), a gestão das materialidades das relações sociais.

Para Santos (2001, p. 65) a materialidade das relações sociais se dá no que ele chama de dimensão da Sociedade, onde constitui-se a Demanda Social (necessidades individuais + necessidades coletivas) por meio das instituições/organizações, de modo que essas necessidades coletivas são, de fato, necessidades de grupos particulares. Porém, ainda que nessa dimensão a Demanda Social seja constituída, não cabe a ela produzir a maneira de fazer uso racional dos recursos para o atendimento da Demanda. Por um motivo patente: a base técnica e operacional da produção da materialidade das relações sociais está apropriada pelo que Santos chama de Dimensão do Capitalismo. Porém, salta aos olhos – e Santos (2001) não ignora – que há uma “hostilidade” na dimensão Capitalismo. Ela parece não levar a humanidade ao bem-estar pleno. A dimensão do Capitalismo insiste que só é possível chegar à finalidade social pretendida por meio da realização da própria finalidade do capitalismo: ou seja, a realização dos interesses privados. Com essa justificativa, o Capitalismo se coloca “como sujeito autônomo, subordinando às demais dimensões – a da sociedade e a do Estado – o que é ilógico do ponto de vista do cumprimento da finalidade” (Santos, 2001, p. 65). É por ter a dimensão Capitalismo falhado em sua função, que se faz necessário a intervenção da Dimensão do Estado, porque é através dele que se manifesta a “política da sociedade em busca da finalidade: o bem-estar pleno da humanidade”. Para colocar em marcha o desenvolvimento natural da Sociedade, “que é a

liberdade de fazer e de dispor do que se faz”, o Estado opera por meio da conformação de um projeto de Nação.

Então, para levar a cabo as novas determinações da base política e material o Estado deve ser instrumentalizado agora numa outra direção e perspectiva. Em vez de ser instrumentalizado no sentido de viabilizar a finalidade de um sujeito particular - o capital -, agora tem o papel de gestor e executor do projeto de nação, cuja finalidade é o bem estar social [sic] (Santos, 2001, p. 66).

É nesse contexto que ganha importância o campo científico da Economia Política e da Administração Política. E, “a ação de gerir as relações sociais no processo de execução do projeto de nação (sob o comando do Estado com o poder político e econômico) constitui a essência da Administração Política” conferindo, assim, à Administração um “espaço próprio no campo da teoria do conhecimento” (Santos, 2001, p. 67).

Se é responsabilidade da Administração Política identificar como organizar racionalmente os recursos para levar a cabo o Projeto de Nação, os intelectuais desse campo se perguntam: quem operacionaliza o projeto? A resposta dada pelos autores é: a Administração Profissional – esfera que está imediatamente ligada à Dimensão do Capitalismo. E, assim, fecha-se o ciclo: uma sociedade abstrata

demanda o bem-estar para humanidade; o Estado - também abstrato - determina, por meio da Economia Política e da Administração Política, o Projeto de Nação; e, a Administração Profissional operacionalizar esse projeto nas unidades particulares (empresas/relações de troca/mercado, etc.) na dimensão do Capitalismo. Assim, controlou-se a ilogicidade mencionada anteriormente, produzindo-se a subordinação da economia à sociedade.

A elaboração teórica apresentada de forma sucinta aqui, amparou-se na análise do desenvolvimento do capitalismo no Brasil até meados da década de 1990, dando papel de protagonista ao Estado brasileiro. Assim, foi possível compreender em que momentos os Administradores Políticos estiveram mais ou menos comprometidos com o Projeto de Nação.

Portanto, o movimento constituído por intelectuais preocupados em determinar a Administração como uma área científica capaz de dar respostas aos desdobramentos equivocados decorrentes da supremacia do Capitalismo que não permitem alcançar a finalidade da Sociedade (o bem-estar) avança em determinar o objeto que delimita o campo: a gestão². Avança também ao considerar que as relações sociais de produção não estão limitadas às unidades

² É, de fato, um avanço. A raiz do problema, no entanto, ainda precisa ser escavada. (cf. Paço Cunha, 2016).

particulares necessitando de um planejamento que dê primazia às necessidades da humanidade e não do Capital, demonstrando, portanto, que a gestão não é apenas uma ação técnica e, como costumam acreditar os cientistas em geral, neutra; mas sim uma ação política determinando a ação técnica. O esforço de Santos, Ribeiro e demais pensadores que os acompanham, constituindo o movimento Administração Política, deve ser e é brindado por ter trazido à tona a problemática do objeto (a gestão) e o caráter político dessa ciência.

Produziram-se perguntas profícuas e, em alguns casos, nos deram respostas mais coerentes do que aquelas até então dadas pelos que determinam como objeto das ciências administrativas as "organizações". O comprometimento em construir uma teoria que legitima a Administração dentro de um tipo de ciência que é disciplinar levou os autores a parar no caminho de apreensão do real e, nessa interrupção do caminhar, o conhecimento que produziram é, em si, um limitador para a finalidade que os próprios autores colocam como fim dessa ciência: "o bem-estar social". E a realidade tensiona a limitação desse saber.

A crise estrutural do capital, para lembrar Mészáros, exacerbou as lutas políticas trazendo à superfície das relações sociais as velhas disputas - já tidas como mortas, por alguns - entre esquerdas e direitas. Os últimos acontecimentos no Brasil poderiam colocar em xeque o limite da atuação militante dos intelectuais



do movimento da Administração Política que é pautada pelo conhecimento produzido pelo grupo? O texto publicado recentemente por Santos et. all. (2016) nos faz acreditar que sim; porém, o tensionamento gerado pelas relações concretas, ainda que grande, não os levou a prosseguirem no avanço da produção de um conhecimento comprometido com a apreensão da essência do real. E, para fazer uma analogia com a metáfora que os autores fizeram: tal como Bacamarte, eles seguem acreditando na justeza do esquema teórico e, face à incapacidade da Administração Política – comprovado nos últimos 40 anos, conforme as análises apresentadas no próprio texto – de submeter a Dimensão do Capital à Dimensão da Sociedade e do Estado, eles condenam aqueles que defendem o Capital por meio do projeto (neo)liberal e aqueles que criticam o Capital por meio do projeto de supressão do Estado. Assim, reafirmam a Administração Política e demandam a revisão do Projeto de Nação frisando que as “mazelas da sociedade” são frutos da má distribuição e não do modo antagônico de controle do metabolismo social.

Se Bacamarte confina-se por ser fiel aos critérios utilizados para definir a loucura – e os loucos –, o movimento da Administração Política encarcera-se em um ciclo teórico também por sua fidelidade. Em vez de indagar: *de quem é o projeto de nação?* Recolocam a pergunta sobre como submeter o Capitalismo às Dimensões Estado e Sociedade e criticam a capacidade dos administradores políticos de construir e operacionalizar um projeto de Nação que garanta a distribuição



de renda. Fiéis à proposta de humanização do Capital, optam por seguir na produção do conhecimento carregando a primeira bagagem argumentativa que deveria ser deixada pelo caminho: distribuição da renda sem alteração no modo de produção³.

Ao seguirem pelo caminho da reivindicação de uma melhor distribuição de renda e não questionarem em nome de quem o Projeto de Nação é operacionalizado – ou seja, não atentarem para as classes sociais, como demonstraremos a seguir – os intelectuais da Administração Política nos conduzem a formular questionamentos sobre a própria tarefa da Administração Política e, mais adiante, a noção de Estado (e de Nação), de Capital (e de Capitalismo), de Crise..., eis a necessidade de uma nova agenda de pesquisa para a Administração Política, como é a proposta deste texto. Uma agenda que englobe a apreensão adequada de Marx possibilitando que a Administração Política – enquanto conceito e campo de militância – revigore-se e dê sequência à potencialidade que guarda em si: a negação da própria política na atividade de

³ Marx e Engels (2010, p. 64-5) ao discutirem as formas em que se apresentam a defesa do socialismo mencionam: “uma parte da burguesia procura remediar os males sociais para a existência da sociedade burguesa. Nessa categoria enfileiram-se os economistas, os filantropos, os humanitários, os que se ocupam em melhorar a sorte da classe operária, os organizadores de beneficências, os protetores dos animais, os fundadores das sociedades anti-alcoólicas, enfim, os reformadores de gabinete de toda a categoria. Esse socialismo burguês chegou até a ser elaborado em sistemas completos. [...] Os socialistas burgueses querem as condições de vida da sociedade moderna sem as lutas e os perigos que dela decorrem fatalmente”.

gestão (cf. Paço Cunha, 2016). Porém, como afirmamos anteriormente, é necessário rumar da esfera da distribuição para a da produção, movimento oportunizado pela concepção materialista da história⁴.

O Referencial Marxiano e a limitação da Administração Política

Em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels (2007, p. 42) colocam que

Essa concepção da história consiste, portanto, em desenvolver o processo real de produção a partir da produção material da vida imediata e em conceber a forma de intercâmbio conectado a esse modo de produção e por ele engendrada, quer dizer, a sociedade civil em seus diferentes estágios, como o fundamento de toda a história, tanto a apresentando em sua ação como Estado como explicando a partir dela o conjunto das diferentes criações teóricas e formas de consciência - religião, filosofia, moral etc., etc. – e em seguir o seu processo de nascimento a partir dessas criações, o que então torna possível, naturalmente, que a coisa seja apresentada em sua totalidade (assim como a ação recíproca entre esses diferentes aspectos).

⁴ Marx já fizera essa observação quando discute com os economistas clássicos. David Ricardo, por exemplo, é criticado por Marx por naturalizar o modo de produção capitalista e colocar como elemento central da história a distribuição. “Ricardo [...] declara que *não* é a produção o verdadeiro tema da economia moderna, mas a distribuição. Daí se compreende mais uma vez a insipidez dos economistas, que expõem a produção como verdade eterna enquanto relegam a história à esfera da distribuição” (Marx, 2001, p. 51- grifos do autor)

Para o materialismo, portanto, compreender a totalidade das relações sociais em seu desenvolvimento e complexificação é necessário partir da apreensão das relações sociais de produção⁵, das quais o momento da distribuição é um dos momentos da produção. Marx (2011) depois de discutir o processo de produção-consumo-distribuição-troca (circulação) como uma totalidade orgânica conclui:

O resultado a que chegamos não é que produção, distribuição, troca e consumo são idênticos, mas que todos eles são membros de uma totalidade, diferenças dentro de uma unidade. A produção estende-se tanto para além de si mesma na determinação antitética da produção, como sobrepõe-se sobre os outros momentos. É a partir dela que o processo sempre recomeça. É autoevidente que a troca e o consumo não podem ser predominantes. Da mesma forma como a distribuição como distribuição dos produtos. No entanto, como distribuição dos agentes da produção, ela própria é um momento da produção. Uma produção determinada, portanto, determina um consumo, uma troca e uma distribuição determinados, bem como *relações determinadas desses diferentes momentos entre si*. A produção, por sua vez, certamente é também determinada, *em sua forma unilateral*, pelos outros momentos. [...] Há uma interação entre os diferentes momentos. Esse é o caso em qualquer todo orgânico.

⁵ Com isso, chamamos a atenção também para a supremacia da materialidade do real-concreto sobre a ideia que se tem do real na construção do conhecimento. Para Marx, sucintamente explanando, trata-se de apreender o concreto em suas múltiplas determinações traduzindo-o em concreto pensado.

Resta, portanto, atentar que distribuição é tanto a distribuição dos produtos da produção, como também dos elementos necessários à produção, sendo assim, essa distribuição, ela própria um aspecto da produção. Um aspecto de uma determinada produção, no caso entre produtores privados apropriando-se privadamente dos meios de produção. Para cada forma determinada da produção, tem-se formas determinadas de distribuição, troca e consumo, cujas alterações em cada momento dessa totalidade desdobram-se em alterações recíprocas nos demais, tendo, em última instância, o momento da produção como determinante. Além disso, Marx (2011, p. 51) destaca que para cada modo determinado de produção há também a distribuição dos “membros da sociedade nos diferentes tipos de produção” e nas diferentes classes sociais.

E não há novidade – e os administradores políticos concordam – que, nessa distribuição, a apropriação é privada com fins de valorização do valor (e não de bem-estar social). Valorização que, apropriada privadamente na forma de lucro, constitui o processo de acumulação, portanto, um processo antagônico ao desejo da distribuição igualitária – ou mesmo menos desigual. Porque redução das condições de pauperismo (preocupação da Administração Política) em que vive a maior parte da classe trabalhadora não significa uma distribuição menos desigual do produto do trabalho. É possível haver aumento da acumulação ao

mesmo tempo em que há redução da pobreza absoluta, como discutido em texto de Ferraz e Muller (2013).

Marx (2007), em debate com Proudhon, destaca ainda que não são as necessidades sociais que determinam a produção, mas a produção que produz as necessidades e, estando o processo de produção submetido ao processo de valorização do valor, são as necessidades da valorização e não do bem-estar social e individual que determinam o nível da distribuição, troca e consumo.

A discutir o fetichismo da mercadoria, Marx chama atenção para o elemento preponderante no ato de produção no capital: o caráter de valor das coisas.

Somente no interior de sua troca os produtos do trabalho adquirem uma objetividade de valor socialmente igual, separada em sua objetividade de uso, sensivelmente distinta. Essa cisão do produto do trabalho em coisa útil e coisa de valor só se realiza na prática quando a troca já conquistou um alcance e uma importância suficientes para que se produzam coisas úteis destinadas à troca e, portanto, o caráter de valor das coisas passou a ser considerado no próprio ato de sua produção (Marx, 2013, p. 148).

Portanto, partindo do materialismo, não há projeto de Nação que submeta o capital à Sociedade. Isso porque um projeto de nação gerencia apenas parte do



mais valor produzido na esfera da produção e apropriado pelo Estado na forma de impostos, por exemplo. Este, por sua vez, para seguir realizando essa gestão, necessita repor como condição *sine qua non* a possibilidade de reprodução e expansão do Capital. Sendo assim, qualquer projeto de Nação tem que ter, em última análise, as necessidades do Capital e não do bem-estar do que os autores da Administração Política chamam de Sociedade. No caso brasileiro, todas as tentativas de instituir uma melhor distribuição de renda por meio de políticas visavam, em última instância o interesse do capital. O programa “Minha Casa, Minha Vida”, por exemplo, beneficiou os grandes empreiteiros; o “Prouni” salvou da falência um grande número de capitalistas que em vez de investirem na produção de salsichas, investiram na educação; as isenções de impostos concedidas aos fabricantes de eletrodomésticos da linha branca, concomitantemente, permitiram ganhos aos industriais e aos banqueiros. Os primeiros por meio do não repasse de parte do mais-valor na forma de impostos para os cofres da união (reduzindo, inclusive, um possível investimento em políticas sociais no futuro), os segundos, por meio da liberação de créditos ao consumidor para a compra parcelada daqueles eletrodomésticos a juros elevadíssimos, posto que o salário do trabalhador brasileiro não comporta a poupança ou a compra à vista.

Ademais, há na separação que coloca Sociedade de um lado e Capitalismo de outro um equívoco primário. Separar das relações de produção capitalistas (Capitalismo) a Sociedade, permite identificar de um lado um conjunto de indivíduos-cidadãos (em relação demandatária com o Estado) e de outro um conjunto de indivíduos capitalistas operando numa esfera apartada da sociedade⁶. Isso subtrai da compreensão a relação real estabelecida: trabalhadores e capitalistas em uma relação contraditória e antagônica. Subtrai do real, portanto, as classes sociais, as lutas de classes e a relação de reciprocidade dialética entre a Sociedade Civil e o Estado. Somente abstraindo aqueles elementos, é possível colocar a solução para as mazelas produzidas pela acumulação do capital em esfera global sob responsabilidade de um projeto de Nação. A expansão do capital – sua mundialização – torna a solução apresentada pelos pesquisadores da Administração Política uma solução anacrônica, sobretudo

⁶ Essa leitura é bastante aproximada de uma leitura durkheimiana. Vejamos: “é que elas [as classes operárias] estão sob a dependência imediata não da sociedade em geral, mas de uma classe em particular, poderosa o bastante para lhes impor sua vontade. Acabei de nomear os capitalistas. Na verdade, os trabalhadores não têm relações com a sociedade, não é ela que os remunera imediatamente, mas o capitalista. No entanto, este é um simples particular que, como tal, não se preocupa - e legitimamente - com os interesses sociais, mas com seus próprios interesses. [...] ora, o capitalista tem em suas mãos uma arma que lhe permite obrigar aqueles que só tem o seu trabalho para viver a vender o produto desse trabalho abaixo do seu valor. Essa arma é o seu capital. [...] uma vez considerada essas premissas, claro que o único meio para no mínimo aliviar essa sujeição, para melhorar esse estado de coisas, é moderar a potência do capital através de uma outra potência que tenha força igual ou superior e que, além do mais, possa fazer sentir sua ação em conformidades com os interesses gerais da sociedade. [...] Somente o Estado é capaz de desempenhar esse papel moderador [...] (Durkheim, 2016, p. 66-7).

quando essas mazelas são exacerbadas pelas crises cada vez mais frequentes do capitalismo.

Nesse sentido, se o campo da Administração Política avançou em constituir a Administração como um campo científico, cujo objeto é a gestão, por se manter fiel a determinados pressupostos – sobretudo a naturalização das relações sociais de produção capitalista – pode vir a ter sua militância em nome do bem-estar social se concretizando como uma crônica de uma morte anunciada: a do próprio campo. Para revigorar o campo enquanto um espaço de construção de conhecimento e de militância, como advogam Santos, et. all. (2016) precisamos avançar, a partir de uma perspectiva materialista, *para uma crítica da administração política*.

PARA UMA CRÍTICA DA ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA: AGENDA

Estado

Na perspectiva marxista da administração política, o Estado ocupa papel de destaque, não apenas pelas relações de poder que não escapam à prática administrativa e à administração, mas como parte de uma totalidade que constitui o sistema capitalista. Do ponto de vista marxista, o Estado não diz respeito meramente às relações de poder que se interpõem na realidade



administrativa. É, como dissemos acima, instrumento de dominação de classe e arena da condensação das contradições de classe, como afirma Poulantzas (1985), mas onde pontifica uma classe dominante. Por esse motivo, o Estado, sua dialética, origem e sentido histórico no modo de produção capitalista é, por definição, um ponto relevante de uma agenda de pesquisa e debates. Cabe reiterar, contudo, que a temática do Estado, como determinado nesse sistema, serve-nos aos marxistas, não como objeto de análise em si, mas como ponto de partida, cujo objetivo é desvelar as contradições e limites que se colocam na sua ação.

O ponto de partida na discussão do Estado é a superação da ideia de que este tem como fim último a promoção do bem comum. Essa concepção, própria do pensamento liberal e socialdemocrata, que confere ao Estado o caráter de força acima da sociedade, mediadora de conflitos, foi questionada por Marx a partir de sua crítica a Hegel. Contrariamente ao que defendia este último, Marx afirma que o interesse estatal, enquanto interesse real do povo, “*existe apenas formalmente [...]. O elemento estatal é a mentira sancionada, legal, dos Estados constitucionais: que o Estado é o interesse do povo ou o povo é o interesse do Estado. Essa mentira será revelada no conteúdo*” [grifos do autor] (Marx, 2010, p. 83).

Marx voltaria ao significado do Estado, acompanhado de Engels, quando no *Manifesto Comunista* afirmaram que o Estado “não é senão o comitê para gerir os negócios comuns de toda classe burguesa” (Marx & Engels, 1982, p. 23).

Mas é com Engels que encontramos a definição mais precisa do significado do Estado, recorrendo ao sentido de existência desde o seu nascedouro. Em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, o pensador mostra que o Estado é produto de um processo de complexificação da sociedade e, especificamente, uma necessidade decorrente do surgimento da propriedade privada que, em outras palavras, significa a divisão da sociedade em classes. Por isso, Engels afirma que o Estado é

antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento, é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que estes antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e mantê-lo dentro dos limites da ‘ordem’ (Engels, 1978b, p. 191).

Nesse sentido, Estado é, por definição, o Estado da classe mais poderosa, “da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante, e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida” (Engels, 1978b, p. 193).

Sendo o Estado produto do desenvolvimento das relações sociais de produção, não é possível compreendê-lo sem que se conheça a dinâmica própria da sociedade civil, que congrega as classes antagônicas e, por consequência, suas lutas. Marx e Engels explicam que a história consiste no desenvolvimento do processo real da produção, contritamento a produção material da vida imediata; concebe a forma das relações humanas ligada a este modo de produção e por ele engendrada, isto é, a sociedade civil nos seus diferentes estádios, como sendo o fundamento de toda a história. Isto equivale a representá-la na sua ação enquanto Estado, a explicar através dela o conjunto das diversas produções teóricas e das formas da consciência, religião, moral, filosofia, etc., e a acompanhar o seu desenvolvimento a partir destas produções; o que permite naturalmente representar a coisa na sua totalidade (Engels, s/d, p. 24).

Este ponto merece destaque. Uma agenda de pesquisa marxista com respeito ao Estado exige necessariamente que este seja estudado a partir da totalidade que o define, que, como disse Marx, deve ser encontrada na economia política. Nas suas

palavras, tanto as relações jurídicas como as formas de Estado não podem ser compreendidas por si mesmas nem pela chamada evolução geral do espírito humano, mas se baseiam, pelo contrário, nas condições materiais de vida cujo conjunto Hegel resume, seguindo o precedente dos ingleses e franceses do século XVIII, sob o nome de “sociedade civil”, e que a anatomia da sociedade civil precisa ser procurada na economia política (Marx, 1982, p. 301).

Embora, como realçou Engels, em específicos períodos, o Estado adquira “certa independência” em relação a sociedade (às classes), só o faz “por exceção”, quando “as lutas de classes se equilibram de tal modo que o Poder do Estado, como mediador aparente, adquire certa independência momentânea em face das classes” (Engels, 1978b, p. 194). Isso ocorre fundamentalmente porque o “Estado não é pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro [...]. É antes um produto da sociedade [...]. Um poder nascido da sociedade, mas posto acima dela, se distanciando cada vez mais” (Engels, 1978b, p. 191).

O instrumento central para que o Estado tenha essa aparência de “realidade da ideia moral” ou “imagem e realidade da razão”, como diria Hegel, é a burocracia.

A tradição liberal, desde Locke até Weber, exalta a burocracia como um estágio avançado do Estado, um aparato que o profissionaliza e o preserva dos interesses



particulares. Em outras palavras, a burocracia representa o caráter público do Estado, que se desenvolve, nessa versão, de maneira desinteressada do ponto de vista privado e estritamente conforme à lei. Toda ação estatal, executada pelo seu braço, a burocracia, que expresse interesses particulares – interesses de classe – seria um *desvio*, uma deformação do burocrata ou de um corpo burocrático específico. É essa concepção que levou tantos pensadores clássicos do Brasil, como Raymundo Faoro, Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda e até Darcy Ribeiro, a identificarem os sistemáticos, recorrentes e arraigados problemas do Estado brasileiro como resultado de uma burocracia mal desenvolvida no Brasil e, por isso, fortemente mesclada com o patrimonialismo (Faoro, 1995; Holanda, 1984; Ribeiro, 2006; Vianna, 1987).

No centro dessa ideia está a suposição de que há uma divisão radical entre os setores público e privado, isto é, que essa separação é possível e que nela se pode encontrar antagonismo – ao ponto de se eleger como contradição fundamental da sociedade moderna o conflito entre sociedade civil e Estado. Nesse caso, sob essa leitura do Estado, existe um caráter público a ser reivindicado. Os interesses particularistas podem, segundo essa ótica, ser minados através de uma ação por dentro do Estado, alterando suas instituições, seus procedimentos e, para usar uma expressão mais comum à administração, por uma mudança na gestão do Estado.



Marx, em sua crítica à filosofia de Hegel, mostra que não há separação entre público e privado. A burocracia, não é, pois, um instrumento para universalizar o Estado, mas, ao contrário, um recurso *sine qua non* para fazer com que esse Estado possa cumprir seu papel de classe. Como explicam Marx e Engels,

cada nova classe no poder é obrigada, quanto mais não seja para atingir os seus fins, a representar o seu interesse como sendo o interesse comum a todos os membros da sociedade ou, exprimindo a coisa no plano das ideias, a dar aos seus pensamentos a forma da universalidade, a representá-los como sendo os únicos razoáveis, os únicos verdadeiramente válidos (Marx & Engels, s/d, p. 30).

Por esse motivo, a burocracia não é o real concreto; é, na verdade, “o Estado imaginário ao lado do Estado real” (Marx, 2010, p. 66). Adiante, Marx mostra que, ao contrário de ser a burocracia a manifestação do interesse público, ela é a sua negação, na medida em que sua estrutura é fechada e inacessível ao “cidadão comum”. Nas suas palavras,

o espírito universal da burocracia é o segredo, o mistério; guardado em seu interior por meio da hierarquia e, em relação ao exterior, como corporação fechada. Por isso o espírito público do Estado, assim como a disposição política aparecem para a burocracia como uma traição de seu mistério (Marx, 2010, p. 66).



Tem-se, portanto, duas dimensões cruciais do Estado. A primeira, como mais tarde Gramsci e Althusser reiteraram, é quando o capitalismo não pressupõe, nem sequer permite, qualquer separação entre público e privado. Estado é e será sempre o Estado da classe que detém o poder político, por deter o poder econômico. Conseqüentemente, sua função é defender a classe dominante de sua antagonica. Para isso, precisa, não só recorrer aos velhos métodos repressivos dos modos de produção anterior, mas também adquirir o *consenso* das classes subalternas, para usar a expressão de Gramsci.

Como se pode ver, ao contrário de fazer valer o interesse universal, a burocracia é a constituição de um aparato cujo fim é a dominação do público pelo privado. Vale lembrar que, embora a burocracia seja tratada como uma entidade singular e, por alguns, como uma classe específica, constitui-se em mais um instrumento ilusório de dominação de classe. Como chama atenção Marx, a burocracia não possui conteúdo próprio, é o “Estado imaginário”:

O “formalismo de Estado”, que é a burocracia, é o “Estado como formalismo”, e como tal formalismo Hegel a descreveu. Que este “formalismo de Estado” se constitua em potência real e que ele mesmo se torne o seu próprio conteúdo material, isto é evidente na medida em que a “burocracia” é uma rede de ilusões práticas, ou seja, a “ilusão do Estado”. O espírito burocrático é um espírito profundamente jesuítico, teológico.



Os burocratas são os jesuítas do Estado, os teólogos do Estado. A burocracia é a république prêtre (Marx, 2010, p. 65).

Comentando sobre a burocracia russa, Lênin a descreve como operadores da classe dominante, “mediante as ações e os bancos, ao capital financeiro e vem a ser, em certa medida, seus agentes, os veículos de seus interesses e de sua influência” (Lênin, 1978, p. 35).

É o mesmo Lênin que denuncia o desvio de setores sociais para quem o Estado é o juiz das classes. A despeito do esforço da classe dominante em sedimentar a ideologia do Estado como mediador dos interesses de uma sociedade constituída por indivíduos – e não por classes - diz Lênin que os ideólogos burgueses,

obrigados pela pressão dos fatos históricos incontestáveis, a reconhecer que o Estado não existe senão onde existem contradições de classes e a luta de classes, ‘corrigem Marx’ de maneira que o Estado aparece como um órgão de conciliação de classes [...] Para os professores e publicistas pequeno-burgueses e filisteus [...] o Estado tem por papel, exatamente, a conciliação de classes (Lênin, 1980, p. 6).

Se, por um lado, os ideólogos burgueses admitem a divisão da sociedade em classes antagônicas e reconhecem que o Estado cumpre uma função de frear os



conflitos inerentes a essa divisão de classes (ainda que falaciosamente), por outro, o desenvolvimento do Estado burguês, que vai se tornando cada vez mais complexo e exigindo mecanismos de intervenção igualmente complexos, acaba por introduzir junto a diversos setores da esquerda a ilusão de que é possível travar disputas e obter conquistas por dentro desse Estado.

Em meio ao avanço da luta de classes, sobretudo da organização de trabalhadores enquanto classe e das crises econômicas cíclicas, o Estado vai assumindo feições sociais e econômicas que lhe conferem a aparência de universalidade. Pelas mãos do Estado e de sua burocracia, as classes subalternas tiveram reivindicações atendidas – inclusive no que concerne à direitos democráticos formais – e alguns setores da burguesia tiveram seus anseios freados. A história nos mostra que tudo isso nada mais é do que concessão, ou como diria Gramsci, revolução passiva, voltada à manutenção da burguesia enquanto classe dominante. A emergência do neoliberalismo reverteu a era de direitos do *Welfare State* e, no caso brasileiro, o momento atual de inúmeras contrarreformas destinadas a fortalecer o capital em detrimento do trabalho, com o incondicional apoio de todas as instituições jurídico-políticas do Estado – a burocracia – revelam que as conquistas pelas classes subalternas neste Estado são sempre passageiras.

Por esse motivo, Marx e Engels são categóricos ao afirmarem que a única saída real aos anseios da classe trabalhadora, a única forma possível de fazer o Estado deixar de cuidar dos interesses de poucos e atender a demanda de muitos, é a destruição desse Estado e sua substituição pelo Estado dos trabalhadores, ao estilo do poder político dos *comunnards*. Na Introdução de *A Guerra Civil em França*, Engels observa que

as pessoas se habituam, desde a infância, a pensar que os assuntos e interesses comuns a toda a sociedade não podem ser regulados nem defendidos senão como tem sido feito até então, isto é, por meio do Estado e de seus bem pagos funcionários. [...] Em realidade, o Estado não é mais do que uma máquina para a opressão de uma classe por outra, tanto na República democrática como sob a monarquia; e, no melhor dos casos, um mal que se transmite hereditariamente ao proletariado triunfante em sua luta pela dominação de classe. Como fez a Comuna [de Paris], o proletariado vitorioso não pode deixar de amputar imediatamente, na medida do possível, os aspectos mais nocivos desse mal, até que uma futura geração, formada em circunstâncias sociais novas e livres, possa desfazer-se de todo desse velho traste do Estado (Engels, 1977a, p. 167).

Lenin, a partir da leitura de *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*, de Marx, afirma que nesta obra “a questão põe-se concretamente e a dedução é inteiramente precisa, bem definida, praticamente tangível: todas as revoluções anteriores não fizeram



senão aperfeiçoar a máquina governamental, quando o necessário é quebrá-la, esmagá-la” (Lênin, 1980, p. 20). Adiante, o revolucionário russo afirma que “essas palavras – quebrar a máquina burocrática e militar do Estado – condensam a grande lição do marxismo sobre a tarefa do proletariado relativa ao Estado, durante a revolução” (Lênin, 1980, p. 20).

O Estado que deve ser quebrado é o Estado burguês, dado que foi construído para servir à dominação dessa classe. Segundo a teoria marxista, não há qualquer possibilidade de adequar esse Estado aos interesses dos trabalhadores; é uma estrutura, para esse fim, comprometida desde o seu nascedouro. Sua destruição, diferentemente do que defendem os anarquistas, não pressupõe o fim de qualquer Estado. Enquanto há classes, a necessidade de existência do Estado se impõe. Por isso, o Estado burguês deve ser esmagado em favor da construção do Estado socialista, cuja classe dominante são os trabalhadores. Estes necessitam do Estado, pois, como destaca Lênin,

o proletariado precisa do poder político, da organização centralizada da força, da organização da violência, para reprimir a resistência dos exploradores e dirigir a massa enorme da população – os camponeses, a pequena burguesia, os semi-proletários – na edificação da economia socialista (Lênin, 1980, p. 19).

Mas não é o Estado capitalista capaz de servir a esse objetivo, porque a solução não passa pela mera substituição da classe no poder, mas a reformulação das relações sociais de produção, com vistas à superação das classes, no caminho do comunismo. O sentido de existência do Estado burguês, seus agentes, a burocracia e tudo aquilo que o constitui tem como princípio, como disse Marx em passagem citada anteriormente, o distanciamento do povo, o mistério, a hierarquia. É necessário construir um novo Estado, sem privilégios, sem destacamentos; ocupado e conduzido pelos trabalhadores em nome dos trabalhadores, e não acima da sociedade – um Estado que tenha inclusive o objetivo de pôr fim a todas as formas de Estado, desvanecê-lo, fazer o Estado fenecer (Lênin, 1980). Somente assim é possível concretizar a tarefa crucial para a superação da ordem capitalista, qual seja, a mudança das relações sociais de produção e a superação das classes, no caminho do comunismo.

Tal polêmica – reforma ou revolução – já se colocava no meio de Marx e Engels e também no período de Lenin, com os social-revolucionários, os mencheviques e principalmente na social democracia alemã, com Karl Kautsky. Longe de ser uma discussão superada, a ideia de aperfeiçoamento da máquina estatal existente em detrimento da ruptura revolucionária é algo que alimenta os diversos grupos de esquerda pelo mundo, principalmente após o fim da experiência do socialismo

real. Esta é também uma questão que deve entrar na agenda da administração política.

A conclusão de que o empenho em adquirir conquistas por dentro do Estado burguês não permite qualquer avanço real remete-nos à questionar o que, então, é possível fazer. Dito de outra forma, como fazer para que a luta política não permaneça no seu caráter ilusório (aquele que não incide sobre a socialização dos meios de produção)?

A saída não é a negação da luta política nas esferas do Estado, nem tampouco a rejeição às contradições que frequentemente aparecem nos espaços da classe dominante. Esse erro Lenin denominou de “esquerdismo” e atestou ser uma “doença infantil do comunismo”, como consta no título de seu último livro (1978). Nesta obra, Lenin argumenta que a luta política revolucionária deve seguir um longo caminho no capitalismo. Em muitos casos, passa por disputar e ocupar espaços na institucionalidade burguesa, em outro, disputar sindicatos pelegos e até fazer alianças com setores da burguesia quando isto não significa o rebaixamento do programa e das bandeiras revolucionárias.

Em resumo, trata-se de empreender uma luta política que incida nas esferas do Estado burguês sem ilusões reformistas e sem esquerdismo. O que significa



disputar todos os espaços do Estado restrito e ampliado, nos termos de Gramsci, não creditar a eles as esperanças de transformação e por isto mesmo construir por fora dele e contra ele um instrumento de pressões, lutas e antagonismos que reúna os despossuídos, oprimidos e explorados de todos os gêneros e origens.

Em que condições a gestão do Estado permite esse tensionamento? Como realiza-lo, enquanto integrantes do Estado e da administração política? Como fazer com que nesses dois papéis, o primeiro não prevaleça sobre o segundo? Preliminarmente, pode o Estado ser outra coisa que não aquilo que descrevemos? Para que suas políticas públicas concorrem e têm historicamente concorrido essencialmente, ainda que aquelas políticas que se destinam aos trabalhadores?

Gestão: ideologia e prática social

Já foi tratado longamente em outro lugar (cf. Paço Cunha, 2016), a centralidade que a “gestão” ocupa para as principais elaborações no “campo da administração política” no Brasil. Lê-se que “a gestão constitui-se no objeto próprio da administração política” (Santos, 2009, p. 61), isto é, a “forma pela qual o Estado se organiza e se estrutura para gerir o processo das relações sociais de produção” (Santos & Ribeiro, 1993, p. 106). Esse ponto é o que relativamente distingue esse campo frente a economia política propriamente dita – como vimos até aqui – e, ao

mesmo tempo, é também a questão que cria a maior parte das dificuldades que precisam ser enfrentadas.

“Gestão”, destilada o mais possível de sua abstração, é uma *prática social* variável e disforme, certamente presente em muitos contextos sociais e em vastas circunstâncias nas quais persistem homens e coisas articulados em modalidades distintas, segundo determinadas finalidades. Marx (2013) chegou a considerar a *função de direção* como uma atividade necessária onde quer que o trabalho humano se complexifique em razão da necessidade de combinação de diferentes forças e capacidades humanas. A natureza da tarefa a ser realizada implica uma divisão do trabalho não necessariamente classista e essa divisão requer meios de coordenação da atividade combinada. Em sociabilidades determinadas, no entanto, a introdução de relações de classe altera como tal prática social se desenrola. Assim como Marx considera o processo de trabalho tomado em geral, o mesmo pode ser dito com relação a essa prática social, pois segue profundamente abstrato esse modo de depreender algo realmente existente e nada diz das condições reais da sociabilidade, não indica qualquer traço particular da materialidade. Diga-se que não basta qualquer materialidade, mas a especificidade das relações sociais no interior das quais tais práticas ganham vida, isto é, relações que formam as condições de possibilidade de tais práticas.

Consideramos assim, as contradições e conflitos de classe o território que demarca tal prática social nos contextos históricos determinados.

Por esse motivo, a “gestão” não é nada sem as relações sociais de produção (capturada pela Administração Política) e sem os antagonismos de classes (ignorados em grande medida pela mesma Administração Política) que, na sociabilidade presente, demarcam as contraditoriedades do modo de produção capitalista.

Tenhamos em mente, à guisa de exemplo, a função de direção exercida pelo grego livre na Ática antiga sobre as coisas, os escravos e a esposa, inclusive atribuindo a escravos intendentess parte dessa função de direção (cf. Xenofonte, 1999). Pensemos nas decisões irresolutivas de Sólon acerca do conflito real entre gregos livres que concentraram a maior parte das terras e os gregos empobrecidos sem tais meios ou que vieram a se converter em escravos por dívida (cf. Aristóteles, s/d). Tomamos tais exemplos na medida em que, assim como a sociedade capitalista, expressam sociabilidades divididas em classes. No caso, são funções de direção diferentes (direção econômica e política, respectivamente, em Xenofonte e Aristóteles), mas que somente têm relevo nos marcos das relações sociais concretas, historicamente determinadas. As condições objetivas, portanto, para qualquer “gestão” são dadas pela materialidade das contradições

sociais em que tal prática social se desenvolve. A referência principal de fundo dessa prática é, portanto, a própria contradição social que a torna possível existir como tal.

Duas dificuldades emergem para o modo como a Administração Política, na qualidade de área de pesquisa, se arquiteta frente ao seu objeto dito fundamental: a “gestão”. Tendo em tela a sociabilidade presente, uma das dificuldades é a perda de especificidade da função de direção econômica vis a vis a direção política no plano da conceituação abstrata. Na realidade concreta do modo de produção capitalista e para uma *agenda de pesquisa marxista, enquanto a primeira está ocupada da produção e circulação de mercadorias no campo e nas cidades e da apropriação do mais-trabalho na forma do mais-valor* tendo por impulso fundamental a maior acumulação privada possível, a direção política reflete o problema básico de qualquer sociedade dividida em classes: modos de acesso à riqueza produzida por aquele mais-trabalho⁷. A primeira é anterioridade histórica para a segunda, mas o soerguimento das formas estatais permitiu, em

⁷ As categorias centrais como mais-trabalho e mais-valor não podem ser tratadas de modo exaustivo no presente trabalho. Em termos bastante sintéticos, mais-trabalho reflete a capacidade intrínseca, como potência e possibilidade concretas, de a força de trabalho produzir além do ponto que garante a reprodução física e social do indivíduo imerso em suas relações sociais. O mais-valor, ou mais-valia, reflete a maneira em que esse mais-trabalho é apropriado na produção capitalista em comparação com as modalidades não capitalistas passadas. O mais-valor é o volume de valor adicional que a força de trabalho produz além do valor de troca da própria força de trabalho como mercadoria. Para uma introdução ao tema, conferir Netto e Braz (2006) e Carcanholo (2011).

reciprocidades variadas e ao longo dos séculos em diferentes países, o desenvolvimento do próprio processo de produção e circulação das mercadorias e, logo, da apropriação do mais-valor. Produção e circulação, de um lado, e distribuição, de outro, da riqueza são, portanto, objetos distintos de funções de direção diferentes a despeito de suas reciprocidades. *Quais são as consequências para uma reta apreensão da realidade quando se ignora o problema do valor, o acesso aos meios de produção da riqueza, e a atenção recai exclusivamente nos modos distributivos?*

Um estudo mais longo poderia dar inúmeras pistas, incorporando as críticas já acumuladas acerca dos limites do distributivismo, conforme já indicamos anteriormente. Na *agenda de pesquisa marxista, as formas de direção tanto econômica quanto política não devem ser cindidas da lógica do valor sob pena de se estacionar em um dos fatores da unidade entre produção e distribuição*. A Administração Política, como área de estudos, revela-se ocupada preponderantemente com o problema da direção política, com a “gestão das relações sociais de produção”, isto é, encontrar modos diferenciados de distribuição da riqueza. A dificuldade está na suposição de que a direção política não é afetada pela econômica, que o verdadeiro poder está na vontade política de distribuição, deixando intocado o plano das contradições fundamentais. Se na objetividade dessas contradições é o problema da concentração dos meios de produção alienados das forças do trabalho que cria o problema da desigual distribuição das rendas, como se pode esperar que

alterando provisoriamente modos de acesso à renda engendraria modificação substantiva nessa relação alienada? Trata-se de uma aposta voluntarista.

Uma agenda de pesquisa marxista precisa demonstrar precisamente esse aspecto pela análise histórica do século XX: indicar que investimento estatal e distribuição de renda mais precisamente não alteram nem corrigem as contradições de fundamento. O distributivismo ignora o fato de que há uma distribuição anterior e com consequências mais profundas (Marx, 2011), isto é, o modo como estão distribuídos os meios de produção condiciona os limites da distribuição das rendas. A desigualdade das rendas é expressão das contradições de fundo, de uma desigual distribuição dos meios de produção da riqueza.

Outra dificuldade da “administração política” quando pretende tomar a “gestão” na esfera pública e privada, amalgamadas e sem especificidades, como seu objeto científico apropriado, é cindir os “modos de gestão” das relações sociais de produção, tirando tendencialmente de cena os interesses de classes envolvidos. E isso faz toda a diferença, ao menos em duas direções sem as quais o debate sobre a “gestão” se torna estéril e indeterminado.

(1) A primeira, de natureza política, ajuda na elaboração de questões atinentes à própria Administração Política como expressão de determinados interesses



sociais. Queremos dizer com isso que também ela é, como qualquer prática ou elaboração teórica, necessariamente “ideológica” por expressar interesses sociais ainda que de maneira não explícita. *Numa agenda de pesquisa marxista é preciso considerar um traço marcante de toda e qualquer realidade histórica: não existe razão desinteressada, sobretudo em contextos de antagonismos.* Adicionalmente, como dizia um filósofo húngaro, não existem ideologias ingênuas (Lukács, 1972). Isso não significa que o impulso pela apreensão dos nexos efetivos da realidade, suas propriedades e modos de funcionamento esteja condenado ao fracasso por refletir algum interesse social. O falso é considerar que a verdade das coisas seja produto de alguma neutralidade com relação a interesses sociais. Como a ciência não é um fim em si mesmo, devemos perguntar pelas finalidades às quais serve.

Por uma questão de economia, façamos a distinção entre interesse de preservação e de transformação real da sociedade. Pelos próprios termos, é possível e efetivamente existente o impulso de *conhecer para preservar*. Da mesma maneira que se desenvolve o *conhecimento com vistas à transformação social*. Esses interesses, no entanto, não estão inscritos na natureza da tarefa científica senão nas divergências sociais entre as classes e seus interesses imediatos e mediatos⁸. Em sociedades divididas em classes sociais, é do interesse das classes dominantes

⁸ Os problemas mais profundos e extensos envolvidos na discussão da ciência como razão interessada e as relações de classes sociais devem ficar para outra oportunidade.

a preservação das condições de sua dominação. Da mesma forma, é do interesse das classes dominadas a transformação dessas mesmas condições, emancipando-se delas. Aqui estamos trabalhando no nível da realidade em que tais interesses podem não estar refletidos conscientemente por cadeias inteiras de classes sociais. Mas isso não vem ao caso. O importante é compreender essa determinação estrutural em qualquer estágio de desenvolvimento de sociedades divididas em classes. *É do interesse da agenda de pesquisa marxista perguntar pelos condicionantes do grau de consciência em fases distintas dos processos históricos como, por exemplo, no caso concreto de regressividades no plano dos direitos trabalhistas nessa década corrente em particular. Tão importante quanto é perguntar pela identidade ou divergência da Administração Política frente aos dois interesses postos.* Não temos condições de oferecer respostas completas, mas apenas hipóteses analíticas e de trabalho aos interessados numa agenda marxista de pesquisa.

Em rigor, a Administração Política se quer científica e não ideológica (Santos, s/d). É verdade que os termos de uma ideologia se toma nos debates da Administração Política como necessária falsificação (Guedes, 2015). No entanto, como nos adverte Guedes (2015) seguindo as trilhas lukacsianas, ideologia não é determinada por sua falsidade ou verdade e sim pela função efetiva que desempenha sobre os conflitos sociais, isto é, pela potência e peso no direcionamento das disputas



classistas. É importante aos nossos propósitos adicionar um aspecto: a distinção entre ideologia nesses últimos termos e o caráter ideológico. Um conjunto de teorias ou práticas pode ter caráter ideológico por expressar interesses de classe a despeito do fato de não apresentar real potência em funcionar como ideologia sobre tais contradições (Cf. Paço Cunha & Guedes, 2016). Algumas teorias, por exemplo, como o humanismo da administração, nascem ideológicas e, no caso, refletem o interesse de preservação das relações como tais existentes, mas historicamente não tiveram tanta potência sobre os conflitos. Somados os pontos, *a Administração Política é uma razão interessada, tem caráter ideológico, restando determinar se o interesse é transformador ou conservador e se funciona como ideologia.*

Para que tenha efetividade e funcione como ideologia, uma primeira condição necessária e não suficiente é que a Administração Política seja acionada por uma classe, camada ou grupo tangente aos conflitos sociais. É uma necessidade científica, portanto, vincular a Administração Política e suas proposituras com tais interesses. Nesses termos, estaríamos ao menos determinando seu caráter ideológico e não resolvendo a potência de funcionamento como ideologia. Nessa direção, para uma agenda de pesquisa marxista nessa área é preciso ter clareza de que o próprio marxismo é uma ideologia, uma ideologia proletária, por assim dizer, que retira sua poesia do futuro ao colocar como condição básica do livre desenvolvimento dos indivíduos o desenvolvimento de todos por meio da



destruição das condições de existência das classes sociais. Logo, vê-se que é uma razão interessada na transformação da realidade e isso não a torna falsa ou verdadeira por princípio. Os eventuais desvios de compreensão da realidade não são determinados por ser ideológica (e de ter atuado como ideologia nas lutas sociais dos Séculos XIX, XX e XXI), uma razão interessada na transformação. Num polo diferenciado, o liberalismo é ideológico e uma ideologia hoje conservadora a despeito de seu passado revolucionário. É uma ideologia burguesa, por assim dizer, pois expressa os interesses de preservação das classes dominantes que se articulam em torno da propriedade dos meios de produção e dos capitais monetários. Seria fácil apenas vincular a Administração Política ao liberalismo, mas estaríamos aceitando uma imprecisão pois a questão é mais intrincada do que isso.

Uma maneira de analisar a questão é colocar o conflito básico da sociedade dividida em classes no centro dessa problemática. Como vimos, diz respeito à direção política o problema da disputa em torno do acesso à riqueza gerada pelo mais-trabalho que na produção capitalista assume a forma do mais-valor. Essa disputa está sempre na ordem do dia, sob formas variadas, embora não explicitem precisamente essa contradição básica da exploração econômica do trabalho. A política econômica de um país, em dado período, por exemplo, reflete muito bem os termos dessa disputa, como sinalizou Iani (1965). Sob esse aspecto, na

medida em que a Administração Política majoritariamente apresenta como propositura uma posição distributivista que implica uma intervenção estatal, seria fácil assumi-la como inclinada aos interesses de transformação social, uma vez que divergiria de uma ortodoxia liberal. Mas a coisa é, outra vez, mais intrincada do que isso.

Qual é, pois, a determinação de classe? Alia-se aos trabalhadores no apelo distributivista e em oposição à ortodoxia liberal, mas também não encampa um projeto efetivamente transformador ao deixar intocado o problema fundamental da dominação de classes. Essa posição já foi objeto de muitas reflexões. Algumas concluem pela designação de um keynesianismo de esquerda. Outros, pela de um liberalismo inteligente, que sabe que sem a intervenção do Estado o próprio sistema não encontra alternativa auto-regulatória. O tópico seguinte, sobre as crises, dará outros lineamentos importantes. Por agora, *a resolução desse problema faz parte de uma agenda de pesquisa que procura determinar os nexos entre os interesses e as elaborações teóricas e das proposituras práticas*. Apenas a título de exemplificação de alternativa analítica - e grife-se: apenas a título de exemplo -, considere a crítica de Caio Prado Júnior àquilo que ele chamava de "capitalismo burocrático", desconsiderando as problemáticas e polêmicas que, não obstante, também são do interesse de pesquisa da agenda que aqui se esboça. Dizia ele que:

o capital burocrático encontra aliados naturais em grupos pertencentes a outras categorias sociais (classes médias e mesmo trabalhadores) que, por seus interesses e pelas posições que profissionalmente ocupam, se acham vinculados a algumas das funções e atividades do poder público em que se apoia o capital burocrático e que dão margem a seus negócios” (Prado Junior, 1972, p. 109).

E completou especificando que a:

natureza de suas atividades e negócios [do capital burocrático] lhe permite frequentemente posições ou antes atitudes frente ao proletariado e à massa trabalhadora em geral – ou pelo menos lhe tem permitido essas atitudes – que comportam grandes riscos e são mesmo impossíveis de assumir para outros setores burgueses de maior ortodoxia capitalista”. As atividades desta última burguesia a colocam diretamente frente aos trabalhadores, e o contraste de interesses antagônicos de classes opostas assim confrontadas põe esse antagonismo desde logo em plena luz e sem disfarce algum. O capitalismo burocrático, pelo contrário, antepara-se com o Estado, que é seu intermediário e através ou com o qual age. Estado esse que “pairaria acima das classes e representaria os interesses gerais do país”. O capitalismo burocrático pode assim permitir-se atitudes de aparente solidariedade com os trabalhadores, sem se expor diretamente e comprometer seus interesses [...] o capitalismo burocrático é levado a posições que, de certa forma e numa perspectiva imediata, se aproximam das tendências

progressistas e populares da política brasileira. O que pode induzir, e de fato tem muitas vezes induzido em erro, as forças políticas e populares propulsoras da revolução brasileira, trazendo para ele e suas ambições o apoio dessas forças. Isso se dá porque, projetadas no plano ideológico, as divergências que separam o capitalismo burocrático do outro setor da burguesia aparentam frequentemente girar em torno da liberdade econômica em contraste com o intervencionismo estatal. O capitalismo burocrático, pela própria natureza de suas atividades e negócios, tende a valorizar o intervencionismo e por ele propugnar. O aspecto negativo que o intervencionismo apresenta para os interesses burgueses regulares é que ele priva a iniciativa privada, ou pode privá-la de oportunidades lucrativas. Pelo contrário, para o capitalismo burocrático é precisamente nesse intervencionismo que se apresentam oportunidades para o seu tipo especial de negócios. Os dois setores da burguesia se encontram, pois, nesse ponto, em frontal divergência (Prado Junior, 1972, p. 109-110)

Existem outras possibilidades analíticas, no entanto. É possível inquirir sobre as afinidades entre o "capital burocrático" e o ideário prevalecente na Administração Política. *O relevante a ser sublinhado é que, para uma agenda de pesquisa marxista da Administração Política, importa especificar a determinação de classe nas proposituras básicas dessa área de pesquisa e de seus protagonistas.* É uma pista o fato da centralidade da gestão? Explicamo-nos: quando se afirma que a preocupação básica é com a gestão das relações sociais de produção haveria a confissão de



uma razão interessada em administrar as contradições sem resolvê-las? É preciso levar a sério a determinação concreta de que, seguindo Marx, as medidas administrativas do Estado convertem os problemas sociais em objetos de administração para o seu disciplinamento e controle, não para sua superação ou eliminação, conforme o caso (cf. Paço Cunha, 2016). As determinações do Estado, vistas no tópico anterior, são inelimináveis para essa consideração.

(2) A segunda direção, de natureza sociológica, por assim dizer, implica reconhecer a “administração política” como uma *prática social*. Mas a discussão anterior joga também alguma luz a essa segunda direção.

Como prática social, reconhecemos sua efetividade, principalmente no território da produção e circulação das mercadorias e, sobretudo, no território da direção política materializada na ação administrativa do Estado capitalista. Estamos de acordo com os expoentes da Administração Política quanto ao fato de que “gestão” não é tão somente técnica e método, pois envolve também aspectos de escolhas políticas, conforme indicado antes. Aí termina nossa concordância no que tange à prática social - pois existem outros pontos de concordância - não obstante, pois disso deriva a acentuação proporcionada nessa área à administração do Estado capitalista, à centralidade na gestão como solução dos problemas sociais, sobretudo das relações sociais de produção sem levar em consideração o que

dissemos sobre o Estado capitalista. Vamos além daquele fato e procuramos, por meio de uma *agenda de pesquisa marxista, determinar os fundamentos de classes para as teorias e proposições dessa área, pois nos parece que assumir a gestão como objeto-limite da reflexão retira de cena as contradições básicas que formam as próprias condições de existência de uma prática social concreta*. Estamos inclinados a reconhecer que a Administração Política em rigor não se confirma como uma autêntica ideologia proletária. Se, como disse Marx (2013, p. 647), o “economista político” é “ideólogo” do “capitalista”, o “administrador político” é ideólogo de qual ou quais interesses sociais? Uma *crítica da administração política* seria, pois, um início para a agenda aqui delineada.

Mas também estamos inclinados a reconhecer que embora a “administração política” na qualidade de prática social seja um nível fenomênico da realidade concreta – ao não revelar por si própria as contradições que a informam –, não deve ser descartada. Obviamente precisamos ultrapassar esse nível numa agenda marxista, mas ele próprio é ponto de passagem. *Tomada como prática social, devemos perguntar por seus sujeitos principais: os gestores*.

Na própria área da Administração Política já houve estudos parcialmente nessa direção ao determinar a formação dos gestores como classe social (Caribé, 2006). Como já argumentado em outro momento (Paço Cunha, 2015), as dificuldades dessa

determinação de classe dos gestores estão tanto na abrangência, ao incluir todos os gestores existentes (sem considerar a variação em seus quadros), quanto na imputação de uma prática social (gestão, administração) como *categoria econômica* distinta das funções do capital (e suas formas: produtivo, financeiro, comercial) levadas adiante por suas personificações ou da força de trabalho (e suas frações). Adicionalmente, é preciso saber o quanto a determinação de classe pode se dar exclusivamente pelo diferencial de renda, isto é, por via do mercado, sem considerar que tal diferencial é resultado de contradições mais ao fundo. Não obstante, *a própria discussão da determinação ou não de classe dos "gestores" é do maior interesse a uma agenda de pesquisa marxista* por um motivo especial, qual seja, por jogar luz sobre funções importantíssimas na produção capitalista já aludidas: a gestão direta do capital como função econômica (grandes corporações, redes de corporações, fundos de pensão e instituições bancárias e outras não bancárias) e indireta, como função política (na burocracia administrativa e jurídica do estado).

Existe uma extensa literatura sobre o problema dos "gestores", de neoclássicos a marxistas, passando por liberais heterodoxos e socialistas libertários (cf. Berle, S/D; Burnham, 1941; Mills, 1969; Bresser Pereira, 1977; Poulantzas, 1978; Bahro, 1980; Galbraith, 1983; Rizzi, 1983; Berle; Means, 1988; Motta, 2001; Tragtenberg, 2005; Duménil; Lévy, 2014). Mas poderíamos reter dois movimentos conjugados da realidade histórico-concreta, já antecipados por Marx e Engels. Por um lado, o



desenvolvimento do capitalismo e o processo de concentração do capital torna a ação do capitalista individual impossível e, ao mesmo tempo, desnecessária. Conforme crescem as empresas, os capitalistas individuais recrutam trabalhadores assalariados para exercerem a função de direção econômica em nome do capital. Com a constituição das corporações e das sociedades anônimas, dizia Engels (1978a), os capitalistas se tornam classe supérflua. São os *managers*, como atestou Marx (1985, p. 288) ironicamente, que constituem a alma da produção capitalista e não mais os próprios capitalistas. Por outro lado, o segundo movimento expressa o progressivo desenvolvimento do Estado capitalista que, embora tenha sido desde sempre uma muleta imprescindível ao modo de produção capitalista, regulando salários, reprimindo e garantindo regulações jurídicas da jornada de trabalho etc., vai se tornando gradativamente e radicalmente destoante de um liberalismo ortodoxo. Em todas as economias cresceu pelo menos desde o século XIX a intervenção econômica por meio do Estado frente a determinadas tarefas numa fase em que os capitais individuais eram relativamente fracos e, ao mesmo tempo, como compensador à impossibilidade de mecanismos autorregulatórios nascidos das próprias condições econômicas diretamente. Por óbvio que seu crescimento também é influenciado nessa última direção pelas fases de disputa sobre aquele acesso, já muitas vezes aludido, à riqueza produzida pelo mais-trabalho, isto é, o Estado crescente é também uma resposta aos conflitos sociais. Maior intervenção

significa um crescente grau de importância das medidas administrativas do Estado, em termos quantitativos e qualitativos, por desenvolver formas de planejamento e decisões sobre política econômica, fundo público, políticas públicas etc., com efeitos sobre a produção e distribuição da riqueza⁹.

Esses dois movimentos aqui simplificadíssimos pretendem chamar a atenção para um fato concreto, a despeito das polêmicas intrínsecas: que o desenvolvimento do capitalismo é igualmente o crescimento em importância da função econômica e política levada adiante por homens e mulheres concretos. Não é inútil destrinchar tais “gestores”, explicitando aqueles que influem nas decisões mais importantes. Com isso queremos dizer que não é possível tratar essa camada social *toto coelo*, sem distinção entre aqueles em condições de influir naquelas decisões e os demais, a maioria aliás, com potencial menor.

Nesse ponto, *podemos dividir a agenda de pesquisa marxista em duas direções. Uma primeira é determinar a natureza desses sujeitos concretos, os ocupantes dessas funções*

⁹ Forma-se um aparelho, por muitos denominado de tecnoburocracia, que desempenha considerável poder e que, para alguns, como Bresser-Pereira (1977), formam inclusive a classe dominante. Ficamos tentados em ligar a “administração política” aos interesses dessa chamada “tecnocracia” amplamente debatida no século XX. Mas existem problemas, como dito, na determinação de gestores como classe avulsa e que a agenda marxista também precisa enfrentar. Obviamente que essa especificação da tecnocracia não apenas como classe, mas também como a classe dominante coloca o problema do capital de modo secundarizado. A realidade concreta, entretanto, mostra que essa secundarização operada teoricamente é falsa.

econômicas e políticas. Quem são, como vivem, como mandam, onde estudam, com quem se alinham e aliam? Qual é o ideário predominante? Como isso se alterou em contextos históricos distintos? Essa composição sofre influência a depender do partido no poder? Como se diferenciam em termos de nível de renda e como influem na determinação desse nível? Como atuam em contexto de crise e em relação ao conflito básico do acesso à riqueza produzida? Essas e muitas outras questões são pertinentes em períodos históricos diferenciados. Basta ver a importância que teria essa compressão para momentos decisivos da história brasileira, por exemplo, tomando Roberto Simonsen, Pupo Nogueira e Francisco Campos nos anos de 1930 e 1940, Roberto Campos, Eugênio Gudin e Mario Henrique Simonsen nos anos de 1960 e 1970, Bresser Pereira nos anos de 1990, Henrique Meirelles, Roberto Setubal e Paulo Skaf nos de 2000 e 2010, além de muitos outros menos reconhecidos à luz do dia.

Uma segunda direção é desbravar pela análise o pensamento (objeto ideológico) influente sobre determinadas orientações, especialmente na direção política. Para ficar com apenas dois exemplos, pensemos no enfrentamento da obra de Oliveira Viana para a problematização do “Estado corporativo” como acentuação da atuação dos “gestores” na direção política, influenciando em muitas esferas como, por exemplo, o direito trabalhista no Brasil no período getulista que, como todos sabem, possui extensa influência sobre os conflitos sociais. Tomemos o exemplo do próprio



Roberto Simonsen já citado para determinar a influência do ideário alemão dos anos de 1920 no modo como se delinearam proposituras nas duas décadas seguintes de intervenção estatal feitas por um gestor e autêntico representante do empresariado industrial. Paulo Nogueira Filho, gestor de carreira e ideólogo orgânico de uma autointitulada "burguesia progressista". É outro exemplo a ser estudado, bem como sua influência nos debates sobre a "gestão participativa" no Brasil dos anos de 1950 e 1960; tentativas que, no entanto, fracassaram. Considerando a exemplaridade contemporânea, poderíamos perguntar pelos ideólogos mais influentes sobre as orientações da direção política no Brasil de hoje e, a partir daí, inquirir problemáticas intrínsecas a objetos ideológicos desse tipo. Essa última direção ganha ainda mais peso em circunstâncias recessivas em razão das condições das crises mais recentes de 1975 e 2008.

A agenda de pesquisa marxista nos aspectos tangentes a esse tópico está interessada, portanto, em determinar o nexos entre a "gestão" econômica e política e as contradições sociais em termos de ideologia e práticas social. Trata-se de um interesse que ao fundo mira em obter elementos *para uma crítica da administração política* tendo em vista uma razão interessada na transformação da realidade concreta para além das classes sociais e dos estranhamentos que acorrentam a humanidade em sua pré-história.

Crises: expressão da contradição fundamental do modo de produção capitalista

O capitalismo, enquanto sistema social, está em permanente crise. É a desigualdade crescente, injustiça distributiva da renda e da riqueza, condições miseráveis de milhões de seres humanos, violência contra fracos e indefesos, preconceitos raciais e de gênero, destruição ambiental, além do rebaixamento das relações sociais a relações de troca, onde tudo gradativamente se vai transformando em mercadoria. O seu desenvolvimento como modelo de sociabilidade vai “despojar de suas auréolas todas as atividades até então reputadas veneráveis”, [...] vai “rasgar o véu de sentimentalismo” [...] “Do médico ao jurista, do sacerdote, do poeta, do sábio faz seus servidores assalariados”. (Marx & Engels, 1982, p. 23-24).

Na origem dessa crise, material e ética, está o próprio modo de produção. É ele que tem em sua natureza a crise latente, que vem à superfície de tempos em tempos expor seu caráter. É um sistema cuja contradição fundamental – produção social x apropriação individual – é de tal modo grave que se transforma na fonte primordial e constante de conflito. Como observa Engels:

Os produtos, criados agora socialmente, não passavam a ser propriedade daqueles que [...] eram realmente os seus criadores, mas do capitalista. Nessa contradição, que imprime ao novo modo de produção o seu caráter



capitalista, encerra-se, em germe, todo o conflito dos tempos atuais [...] se revela a incompatibilidade entre a produção social e a apropriação capitalista (Engels, 1977b, p. 47).

Na base dessa sociedade se encontra uma relação entre os homens em que milhões de trabalhadores produzem mercadorias (produção social), que são, entretanto, apropriadas/expropriadas por um pequeno número de empresários (apropriação individual, capitalista), mas que precisarão ser vendidas aos milhões de trabalhadores, grande parte deles sem emprego e sem renda regular ou com empregos instáveis e baixos salários. Eis a questão. A sociedade assim dividida parece passar a cada ano por um agravamento dessa contradição e, envolvido nela, o capital, centro de gravitação do modo e do sistema social, reproduz outras contradições e explode em crises, digamos, agudas.

Portanto, essa essência crítica tem uma trajetória, descrita por Marx e posteriormente outros autores, dentre eles particular e metodicamente Kondratiev (1979), que nos sugere haver momentos especialmente altos do processo crítico – sendo aqueles momentos o que denominamos *crise*. Ou seja, momentos que se caracterizam pela duradoura e vertiginosa queda no emprego dos meios de produção e descenso e perdas da produção de valor.

Uma polêmica se tem apresentado nas discussões sobre as crises econômicas do capitalismo. Essa polêmica se pode resumir na contraposição entre as explicações monocausais e pluricausais. No primeiro caso, como explicação monocausal, pontifica a tendência decrescente da taxa de lucro e, em segundo plano, igualmente monocausal, está a tese da não realização da mais-valia, portanto, baixa circulação e insuficiente consumo, generalizadamente denominada crise de superprodução. Para Dobb, importante historiador marxista inglês, “parece claro que Marx considerava esta tendência decrescente da taxa de lucro como uma importante causa básica das crises periódicas” (DOBB, 1978, p. 65). De outra parte, o Manual de Economia Política da Academia de Ciências da então URSS, ao tratar das crises econômicas, diz que

as crises capitalistas são crises de superprodução. As crises manifestam-se, antes de tudo, em que as mercadorias não encontram saída porque foram produzidas em quantidade maior do que podem comprar os principais consumidores – as massas populares, cujo poder aquisitivo está limitado dentro de marcos muito estreitos” (Ostrovitianov, K.V. *et al.*, 1961, p. 223).

Marx trata da tendência à queda da taxa de lucro, em *O Capital*, Livro III, como uma lei do desenvolvimento capitalista e a explica como o resultado da concorrência entre os capitalistas dos vários ramos da economia (e a luta de



classes econômica contra os trabalhadores), em disputa por menores custos e maiores lucros, para isto recorrendo à tecnologia, métodos e máquinas. A taxa de lucro é igual a P/C , onde P é a mais-valia e C o capital total, constituído de $C_c + C_v$, capital constante mais capital variável. Se o capitalista, para elevar a produtividade e obter menores custos por unidade da mercadoria, adquire tecnologias novas, capital constante fixo, ele aumenta o C , capital total, denominador da taxa de lucro, e por conseguinte, combinado isto com certas condições, essa taxa cai. Para Marx, essa tendência é uma lei do modo de produção, em que a luta de classes econômicas, contra os trabalhadores, e a concorrência intraclasse, com seus pares, impõe aos capitalistas periódicos investimentos em C_c .

Efetivamente, os dados existentes sobre a economia capitalista no período de maior exuberância, entre os anos 1945 e 1970, indicam que o crescimento do capital constante e queda da taxa de lucro se relacionam. Tomando os dois quadros que seguem, podemos observar que enquanto a relação capital/trabalho cresce de modo acentuado nos principais países capitalistas, expondo o incremento de capital constante (Quadro 1), a taxa média de lucro cai, no mesmo período de 1960 a 1973 (Quadro 2).

Quadro 1: Relação capital/trabalho (indústria) - %

Países	1965	1969	1973
RFA	100	128	168,0
França	100	130,9	159,2
Reino Unido	100	120,1	143,4
EUA	100	102,1	112,8
Japão	100	162,7	232,9

Fonte: OCDE, Pour le Plein Emploi et la Stabilité des Prix, junho de 1977 (Relatório McCracken).

Quadro 2: Taxa média de lucro anual de países centrais

Países	1960-1969	1965-1969	1970-1973
RFA	12,3	11,9	11,7
França	9,3	9,8	10,0
Reino Unido	5,5	5,0	3,5
EUA	17,3	17,6	14,8
Japão	12,7	13,5	13,2

Fonte: OCDE, Pour le Plein Emploi et la Stabilité des Prix, junho de 1977 (Relatório McCracken).

Entretanto, não se pode seguramente dizer que neste período se verificaram crises, nos países examinados. Alguns desses países cresceram entre 1970 e 1973, como foi o caso do Reino Unido, da França e da RFA (Harvey, 1994, p.126). A isto, se acrescentem os EUA, cuja crise, segundo Mandel (1990) e Dos Santos (2011) se inicia em 1967, o que ainda assim não coincide com a queda na taxa de lucro, que ali só se vai manifestar de 1970 a 1973. Apenas o Japão, no período, revelou queda na taxa de crescimento do produto: de 10,4% para 8,4% - o que não se pode classificar como crise (Harvey, 1994).



Para recuar na análise do comportamento da taxa de lucro no mais central dos países capitalistas, os EUA, lançamos mão da curva de Kliman, retrabalhada e divulgada por Michel Roberts em seu *blog*.

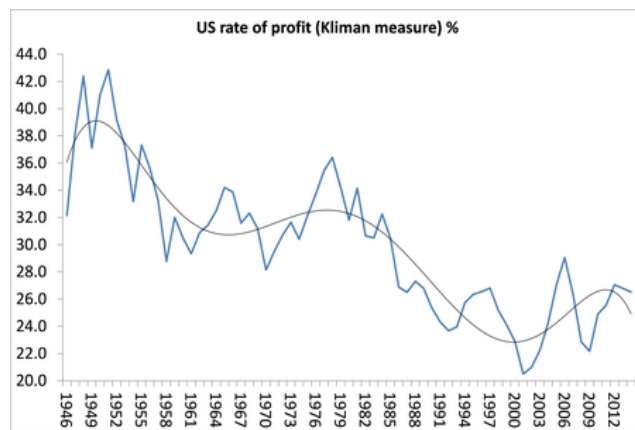


Figura 1: Taxa de lucro dos EUA em queda – 1946/2012

Fonte: Roberts (2012).

A curva acima demonstra que a tendência de queda da taxa de lucro vem se apresentando desde 1949. Entretanto, é dessa data até 1967 que se verificou um exponencial crescimento do capital, sendo para Hobsbawn a *era dourada do capitalismo*, onde exuberantemente se encontravam os EUA ao longo de quase 20 anos – sem crises (Hobsbawn, 1995, p. 252). Adicionalmente, a curva também comprova que todas as ações do Estado – que vão desde a regulamentação favorável ao aumento da exploração do trabalho até os mais generosos

incentivos à exportação – não são capazes de evitar a tendência da queda da taxa de lucro.

Finalmente, vejamos a perplexidade de Dathein sobre a crise de 2008, em que o pesquisador procura explicar o *porque* a crise se dá com a taxa de lucro subindo. Depois de expor dados que demonstram a taxa de lucro crescendo de 2001 a 2006, diz o autor:

Também de forma estranha a taxa de crescimento começou a reduzir a partir de 2005, apesar de a taxa de lucro continuar em forte ascensão. A taxa de lucro só se reduziu em 2007, já como consequência da crise. Portanto, tem-se um fenômeno intrigante: uma crise econômica que não foi causada por uma queda da taxa de lucro (Dathein, 2011, p. 327)

Dathein, aparentemente partidário da tese monocausal da queda da taxa de lucro, não precisou ir muito longe para entender o fenômeno intrigante. Com os dados do *Bureau of Economic Analysis* e do *Federal Reserve System*, ele demonstra, inclusive para si mesmo, a subida contínua da curva da taxa de lucro (p. 327), do consumo (p. 335) e do endividamento (p. 336), a partir de 2001 até 2006/2007, quando estoura a crise. Não lhe restou senão a conclusão de que não foi a queda da taxa de lucro que provocou a crise. Em suas palavras, “apesar de a crise não ter sido causada por uma queda da taxa de lucro, a análise de sua dinâmica

permite o esclarecimento dos fenômenos” (Dathein, 2011, p. 339). Sim, claro. Que esclarecimentos? Que “o fator preponderante que contrarrestou uma tendência à queda da taxa de lucro foi o grande aumento dos níveis de endividamento” (p. 335) e que com “a participação da massa salarial no PIB em queda, o aumento do endividamento impulsionou a economia além de seus limites, até um ponto insustentável” (p. 336) E mais: “a incerteza sobre a capacidade de pagamento dos agentes aumentou até o ponto de ruptura” (p. 336). Digamos mais concretamente, não só a incerteza, mas a certeza da inadimplência¹⁰.

Crises anteriores também foram precedidas de *boom* econômico, ainda que se possam identificar problemas submersos, que, *pos facto*, aparecem como sinais que deveriam desmentir a euforia. Mas Hobsbawn e nada menos que o próprio Marx contam histórias quase hilárias do que ocorreu pouco tempo antes de crises profundas.

Segundo o historiador, talvez motivado pela era do jazz e da *belle époque* estadunidenses, “Calvin Coolidge, 30.º presidente dos EUA, resumiria o clima da

¹⁰ A referência que Dathein faz a “fator preponderante que contrarrestou uma tendência à queda da taxa de lucro” nos sugere lembrar que Marx alertou seus leitores de que a lei da tendência à queda da taxa de lucro tem um conjunto de fatores que podem contrarrestar/contrariar a tendência: “Entre as causas que contrarrestam a lei que estamos examinando, as mais generalizadas são: 1. Aumento do grau de exploração do trabalho [...] 2. Redução do salário abaixo do seu valor [...] 3. Barateamento dos elementos que formam o capital constante [...] 4. A superpopulação relativa [...] 5. O comércio exterior [...] 6. Aumento do capital acionário” (Marx, 2001, cap. XIV).

época em mensagem ao Congresso em 4 de dezembro de 1928”, menos que um ano antes do crack de 1929:

Nenhum congresso dos EUA já reunido, ao examinar o estado da União, encontrou uma perspectiva mais agradável do que a de hoje... A grande riqueza criada por nossa empresa e indústria, e poupada por nossa economia, teve a mais ampla distribuição entre nosso povo, e corre como um rio a servir à caridade e aos negócios do mundo. [...] O país pode encarar o presente com satisfação e prever o futuro com otimismo. (Hobsbawn, 1995, p. 90)

Narrativa semelhante faz Marx em relação a crise de 1857:

Por isto é precisamente em vésperas de um crack que os negócios parecem desenvolver-se de um modo quase exageradamente sólido. A melhor prova disto nos oferecem, por exemplo, os Reports on Bank Act de 1857 e 1858, em que todos os diretores de bancos e comerciantes, em uma palavra, todos os experts convidados a falar, se felicitam mutuamente pelo esplendor e a solidez dos negócios, exatamente um mês antes de estourar a crise de agosto de 1857 (Marx, 2001, p. 455).

Como disse Harvey, não é tão simples explicar as razões das crises. Menos ainda encontrar uma única razão. Também não nos parece que Marx disse exatamente



aquilo que lhe atribuem sobre a correlação entre a tendência decrescente da taxa de lucro e as crises.

Para Marx, produção, circulação e consumo da mercadoria são partes necessárias na valorização do capital. Sempre trabalhando com a totalidade, em detrimento da particularidade, ele vai dizer que

a fórmula geral do capital é D-M-D'; isto é, uma soma de valor é lançada à circulação para sacar dela uma soma de valor maior. O processo que engendra esta soma de valor maior é a produção capitalista; o processo que a realiza, a circulação do capital. [...] ambos os processos, o processo direto de produção e o processo de circulação, se entrecruzam e se entrelaçam constantemente [...] a produção de mais valia como a do valor em geral deriva do processo de circulação (Marx, 2001, p.57 e 59).

Antes, no livro II, ele já havia comentado que “de maneira genérica, vimos que todo o valor-capital está em circulação contínua e nesse sentido todo capital é capital circulante” (Marx, 1980, p. 165).

De acordo com o seu método, o método da crítica à economia política, ele já havia explicado nos Grundrisse que “o resultado a que chegamos não é que produção, distribuição, troca e consumo são idênticos, mas que todos eles são membros de



uma totalidade” (Marx, 2011, p. 53). Isto porque, ainda com suas palavras, o valor circula, “assumindo ora a forma do dinheiro, ora a forma da mercadoria, porém conservando-se e expandindo-se nessa mudança” (Marx, 1985, p. 174), uma vez que “estava pressuposta à circulação uma produção que criava valor de troca só como excedente” (Marx, 2011, p. 198).

Portanto, julgamos que se trata de uma leitura – feita por muitos, é verdade – mas provavelmente equivocada, essa que separa a totalidade produção, circulação e consumo. Separação esta que vai eleger a produção como um evento autônomo e suficiente, não parte de um processo, e em consequência apenas as contradições da produção e dentre elas a tendência decrescente da taxa de lucro como origem das crises.

Cabe dizer que apesar da tendência decrescente da taxa de lucro integrar a respectiva totalidade de uma dada crise em que a elevação do capital constante tiver papel relevante, repetimos que não nos parece evidente que Marx atribui todas as crises a essa lei¹¹. Em primeiro lugar porque em momento de rara modéstia, no capítulo XIV (Causas que contrarrestam a lei) da Seção terceira (Lei

¹¹ Vale dizer que nem a queda da taxa de lucro é atribuída exclusivamente à elevação do capital constante: “A tendência progressiva da taxa geral de lucro a baixar só é pois uma expressão característica do regime capitalista de produção do desenvolvimento ascendente da força produtiva social do trabalho. Isto não quer dizer que a taxa de lucro não possa cair também transitoriamente por outras razões” (Marx, 2001, p. 215).

da tendência decrescente da taxa de lucro), do Livro III, ele vai reconhecer que “apresentamos aqui a baixa da taxa geral de lucro como uma tendência à baixa simplesmente” (Marx, 2001, p. 232). Em segundo lugar porque na única passagem de *O Capital* em que o seu autor generaliza uma causa para as crises do capital é quando vai atribuí-la ao consumo:

A razão última de toda verdadeira crise é sempre a pobreza e a capacidade restringida de consumo das massas, com o que contrasta a tendência da produção capitalista a desenvolver as forças produtivas como se não existisse mais limite que a capacidade absoluta de consumo das massas (Marx, 2001, p. 455).

Mas, se tivermos que buscar um ponto de partida, que de fato esteja na base das causas possíveis, este será a contradição fundamental entre a produção social e a apropriação individual, aquela contradição que define o caráter do modo de produção e a que Engels elege como fonte de todo o conflito. É a apropriação individual da produção social – que se dá e como se dá – a origem de um emaranhado de contradições, cujas tentativas de saída, dentre elas a elevação da composição orgânica do capital, fazem do capitalismo um modo de produção em crise. Por isso, se a crise se exprime na forma da superprodução ou da queda na taxa de lucro essas são formas como se expressa no terreno da economia a contradição fundamental do modo de produção. Também por isto a administração política não encontra nem



encontrará meios de evitar as crises do capital, ainda que possa sair delas, com consequências cada vez mais danosas para a humanidade.

O emaranhado de contradições a que nos referimos pode ser assim descrito: a necessidade de elevar a produtividade para reduzir custos, diminuir preços e aumentar a margem de lucro exige a elevação do capital constante, em face do capital variável; a criação de um grande excedente de valor, fruto da grande capacidade produtiva assim constituída, a insuficiência do consumo, dentre outros motivos pelo desemprego estrutural, a não realização (circulação) do valor, formam uma totalidade cuja origem está nesse caráter do modo de produção, sua contradição fundamental, que opõe frequentemente a produção e o seu sentido social. Em rigor, a tendência à queda da taxa de lucro, a grande produção de valor e o desemprego estrutural são três manifestações comuns à elevação do capital constante, que por seu turno é uma manifestação das condições postas pela produção que se destina principalmente à acumulação e não à satisfação das necessidades humanas. Algumas passagens de Marx, dentre muitas outras semelhantes, nos servem para ilustrar essa descrição que acabamos de fazer. Vejamos, a seguir.

Nas palavras de Marx,



A imensa capacidade produtiva, com relação à população que se desenvolve no regime de produção capitalista, e, embora não na mesma taxa, o aumento dos valores-capitais (não só o de seu substrato material), que aumentam muito mais rapidamente que a população, se acha em contradição com a base cada vez mais reduzida em proporção à crescente riqueza - para a qual esta imensa capacidade produtiva trabalha - e com o regime de valorização deste capital cada vez maior. Eis a crise (Marx, 2001, p. 263).

Anteriormente, tratando especificamente do “conflito entre a expansão da produção e a valorização”, ele já havia dito que

o desenvolvimento da capacidade social produtiva do trabalho se manifesta de dois modos: primeiro,[...] na magnitude [...] no volume de valor e no volume de massa [...]; em segundo, na relativa pequenez do capital investido em salários. [...] Com respeito à força de trabalho empregada se revela também de dois modos: primeiro, no aumento do trabalho excedente [...]; em segundo, na diminuição da quantidade de força de trabalho (número de operários) empregada (Marx, 2001, p. 245).

Ao falar de crise e nos referirmos à insuficiência de circulação e consumo estamos falando de um processo de causas imbricadas - que bem pode se ter iniciado pela elevação do capital constante. Estamos tratando de um fenômeno pluricausal, não apenas no sentido de que há muitas causas possíveis, mas no



sentido de que as causas se entrelaçam. Por várias vezes, explicando a lei da tendência da taxa de lucro decrescente, Marx nos convida a pensar dialeticamente esse processo, dizendo, sob variadas formas que “as mesmas causas que produzem a tendência à queda da taxa [...] determinam uma acumulação acelerada [...] o aumento da grandeza absoluta ou massa total de trabalho excedente” (Marx, 2001, p. 225), que no final se destina à valorização pela circulação e consumo. De forma definitiva, são também suas palavras, exatamente no mesmo ponto do “conflito entre a expansão da produção e a valorização”: “Estas diversas influências se fazem valer simultaneamente dentro do espaço e sucessivamente no tempo; o conflito entre estes fatores em luta se abre periodicamente em forma de crise” (Marx, 2001, p. 247).

Na história recente, a crise de 2008, originária dos Estados Unidos, aquela que já vimos analisada por Dathein, atribuída às *subprimes*, isto é, aos empréstimos concedidos pelo sistema bancário a credores que não dispunham de crédito, é bem um exemplo do que estamos dizendo. É principalmente um exemplo da manifestação da contradição fundamental entre a produção social e a apropriação individual, caráter do modo de produção capitalista e ponto de partida de todos os males do sistema. Não é a crise das *subprimes* decorrente do descuido, incompetência ou relaxamento das agências reguladoras do crédito, como o *Federal Reserve*, no caso em tela. Não se trata de má administração política,

falta de leis, de boa gestão ou de fiscalização. Se o *Federal Reserve* teve alguma responsabilidade na crise das *subprimes* essa responsabilidade deve ser denominada de cumplicidade ou “vista grossa”. Não descuido ou relaxamento. A crise das *subprimes* é uma demonstração dos efeitos da contradição fundamental porque o sistema precisa habilitar os consumidores a consumirem na escala da produção alcançada; do contrário, o próprio sistema para. É nesse sentido que o sistema bancário precisa liberar recursos ultrapassando o limite do razoável. É preciso vender essa produção social, de milhares de trabalhadores construindo imóveis, móveis, automóveis, etc. (produção social), que, entretanto, ao invés de ser apropriada pelos seus produtores reais, é apropriada/expropriada pelos seus patrões, empresários desses ramos (apropriação individual). Como esses empresários vão completar o ciclo da reprodução – que depende da circulação – se os milhões de compradores, dentre eles, os despossuídos, sem capital acumulado e sem renda regular, não receberem crédito? Lembremos Marx – não é que a produção seja acima da necessidade. Não. “Não é que se produza demasiada riqueza. O que ocorre é que se produz periodicamente demasiada riqueza debaixo das formas capitalistas, antagônicas” (Marx, 2001, p. 255). Esta enorme produção não ocorre para satisfazer necessidades em primeiro plano, “para sustentar decorosa e humanamente a população” mas para ser valorizada, realizada, e retornar na forma dinheiro com a taxa de lucro que interessa. Como fazer isto sem que o sistema bancário funcione até ultrapassar os limites, dado

que a produção ultrapassou os limites? Além disto, como o sistema bancário vai aumentar seu capital, à taxa de juros muito baixas, se não massificar os empréstimos, ainda que com altos riscos?

No Brasil, podemos ver sobreviverem e enriquecerem os bancos que não emprestam maciçamente aos consumidores. Mas aqui a taxa de juros extravagante garante que milhares de credores propiciem a lucratividade que nos Estados Unidos só pode ser alcançada com milhões. Portanto, a causa da crise está relacionada à incapacidade de consumo das grandes massas, diante da produção majestosa da indústria dos EUA, e aos limites inevitavelmente ultrapassados pelo sistema de crédito. Esta produção, em mãos de poucos, como mercadoria, precisa ser vendida para cumprir com o ciclo da valorização, que se fecha sob a forma dinheiro, realizada no mercado. O sistema de crédito não pode ser administrado sob as regras de uma suposta racionalidade gerencial. A realidade fundamental não é administrativa, ou seja, regrada, normatizada; a realidade fundamental é econômica, subordinada às determinações do modo de produção. É este um modo de produção feito para acumular incessantemente, em movimentos conflituosos, em que uma luta de classes econômica sem quartel impulsiona lógicas opostas, que reduzem e empobrecem o próprio mercado ao

qual se precisa vender um volume de riqueza colossal¹². Produção e consumo constituem uma totalidade, em que a elevação do capital constante, para relembrar, pode produzir três efeitos simultâneos: diminuir a taxa de lucro (P/C), elevar a massa de valor-mercadoria e reduzir a capacidade do mercado.

Significa dizer que as crises do capital não são administráveis e portanto não são evitáveis. Todos os recursos anticíclicos e meios contrarrestantes são usados, para adiá-la, do mesmo modo que todo o Estado é mobilizado para assegurar as condições de um longo pleno emprego e crescente demanda agregada. Em rigor, o Estado não deixa o seu papel, ainda que aparentemente se viva o liberalismo mais declarado. O governo dos EUA, diante da diminuição da oferta de crédito, não teve dúvida em aumentar seu endividamento, passando-o de 52,1% para 80,8% do PNB, em 2010¹³. No Brasil, os dois governos liberais de Fernando Henrique Cardoso foram de intensa intervenção do Estado. Ao todo, de 1995 a 2002, 34

¹² Importante nota de Marx sobre o assunto vale ser citada: “Contradição do modo de produção capitalista: os trabalhadores são importantes para o mercado, enquanto compradores de mercadorias. Mas, como vendedores de sua mercadoria, a força de trabalho, a sociedade capitalista tem a tendência para rebaixá-los ao menor preço possível. Outra contradição: [...] as forças de produção nunca podem ser empregadas acima do ponto em que, além de se produzir mais valor, é possível realizá-lo; a venda das mercadorias [...] está porém limitada não pelas próprias necessidades de consumo da sociedade, mas pelas necessidades de consumo de uma sociedade em que a maioria é pobre e está sempre condenada à pobreza (Marx, 1980, p. 336).

¹³ Segundo Dathein, “no contexto da crise, ocorreu forte elevação do endividamento público, que alcançou 80,8% do PIB em 2010, ao mesmo tempo em que o endividamento das empresas e das famílias reduziu-se a 172,7% e a 91,1% do PIB, respectivamente” (Dathein, 2011, p. 336).



emendas constitucionais foram realizadas, dentre elas a Emenda 6, que facilitou a entrada de capitais estrangeiros e proporcionou o crescimento das privatizações (Lima & Passos, 2014). Em particular, promoveu a elevação do papel do capital externo no programa, que passou de 5%, no período Collor/Itamar, para 53%, no período FHC (BNDES, 2017). O Estado jamais perdeu a centralização do processo de valorização do capital, desde que se configurou o capitalismo monopolista de Estado¹⁴. A economia política sofreu alterações, mas em todas as ocasiões com forte intervenção do Estado – não raramente em nome do liberalismo. Do mesmo modo, a centralização do Estado também não é suficiente para evitar as crises, de que é exemplo a ditadura civil-militar brasileira, nos anos 1980. Naqueles anos, registraram-se taxas negativas ou baixa de crescimento do produto (1981 a 1983), inflação que jamais desceu da casa dos 100% a.a., com a elevação dos preços chegando a 248,5% a.a., em 1985, e o salário-mínimo real caindo de R\$ 223,00, em 1963, véspera do golpe, para R\$ 184,00, em 1981, e R\$ 159,00, no final dos seus lamentáveis 21 anos (IPEADATA, 1987).

¹⁴ O conceito foi expresso inicialmente por Lênin, em o Estado e a Revolução, para caracterizar a estreita associação entre o capitalismo monopolista e o Estado, na guerra de 1914. Seria retomado adiante por autores russos e franceses para definir o processo de concentração e acumulação que “levou à fusão do Estado burguês com os monopólios”, vindo a compor a aliança ilimitada observada entre o público e o privado no modo de produção capitalista contemporâneo. Ver sobre o assunto Andrei V. Cheprakov, El capitalismo monopolista de Estado, publicado pelo Editorial Progreso, Moscou.

A força de tão profunda contradição, de se produzir socialmente e se expropriar essa produção para torná-la mercadoria, faz da ação anticíclica apenas um expediente de adiamento do que acontecerá mais à frente – como temos visto.

Serão as *falhas de mercado*, frequentemente objeto de políticas públicas, *falhas* ou características e consequências inarredáveis do modo de produção? Serão as medidas da administração política destinadas à ação anticíclica e no sentido do *bem-estar social* positivas ou negativas para a caminhada na direção da verdadeira emancipação humana? Têm contribuído para que? O balanço que se faz da ação do Estado nos planos da social-democracia, do keynesianismo e do Welfare State revelam melhores resultados, quanto à estabilidade econômica e principalmente quanto aos efeitos das crises sobre os trabalhadores? Que representa isto para a superação do capitalismo? Para o que as várias intervenções econômicas do Estado, especialmente para superar as crises e seus desdobramentos, têm contribuído, ainda que no limite da distribuição da renda e da riqueza? São questões suscitadas pelas reflexões sobre as crises, sempre na perspectiva de uma agenda de pesquisa e de debates, solidária e politicamente posicionada no campo dos trabalhadores – o pressuposto de nosso caminhar juntos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente ensaio foi fomentar o debate a respeito da Administração Política e levantar, simultaneamente a essa problematização, possibilidades para uma agenda de pesquisa marxista.

Em caráter de síntese, podemos dizer que interessa a essa agenda a própria problematização da Administração Política conforme todos os momentos da exposição revelam em maior ou menor grau. Consideramos que os aspectos centrais com respeito ao Estado, à gestão e às crises são fundamentais para essa problematização e norteadores de pesquisas futuras numa determinação materialista das contradições sociais por meio das quais o próprio capitalismo se movimenta.

É relevante sublinhar que existem pontos de divergência entre uma agenda de pesquisa do tipo que aqui se propõe e as linhas mestras da Administração Política. Do mesmo modo, são persistentes divergências no interior da própria agenda de pesquisa marxista que anima os debates e instiga o avanço científico por meio da infinita autocrítica cujo lastro fundamental não diz respeito a conceitos, esquemas de análise e paradigmas, mas aos processos objetivos da realidade material. Essas divergências salutares não se sobrepõem ao impulso básico dessa agenda de



pesquisa, qual seja, conhecer a realidade com vistas a transformá-la para além dos antagonismos de classe, do domínio econômico e político de forças sociais que dominam hoje a humanidade.

Reconhecemos a administração política como vários patamares acima do tratamento convencional dado à administração, seja a administração dos negócios, seja a administração do Estado. Ao se colocar no cenário do estudo e da ação profissional da administração, a administração política trouxe ao mundo acadêmico brasileiro uma abordagem que não se compraz com o tratamento limitado do objeto tradicional da administração, estreitado no espaço dos métodos e das técnicas de gestão, nos cálculos das pesquisas operacionais, no estudo de custos, na fixação de metas ou na elaboração de políticas públicas sob pretensões positivistas. Em outras palavras, rompeu com as restrições da racionalidade funcional, a despeito de também considerá-la, subordinando-a à substantividade, à ética das decisões. Com essas referências, questionou a predominância dos interesses que regem a administração, se colocando e colocando aos seus interlocutores questões sobre o destino da produção, a desigualdade na distribuição e a precarização das relações de trabalho, reclamando o sentido da produção e da riqueza como destinadas ao bem-estar de todos.

É nestes aspectos que temos grande concordância com a visão crítica dos que constituem o campo e o movimento da administração política: sua leitura e discurso que afirmam o caráter social da administração, seu inconformismo com as desigualdades do sistema e sua atitude política de defender mudanças, reivindicando papel político na vida acadêmica e em sociedade. Esses elementos nos trouxeram ao diálogo com e no campo da administração política e, concretamente, é o que nos faz comparecer a este chamado.

Portanto, os marxistas encontram na administração política um espaço e parceiros de uma caminhada que envolve ideias e ações, comprometidas com os despossuídos e explorados.

A proposta dos marxistas é que esse diálogo, já iniciado em encontros passados, tenha em conta as possibilidades de avanço no sentido de compreender a incapacidade do modo de produção dar o salto que leva ao bem-estar social. Menos ainda à emancipação humana, que significa a liberdade em relação ao *senhor capital* e ao *senhor Estado*. Mais que isto: a supressão dessas figuras da pré-história da humanidade.

Ao longo de cem anos, tomando a revolução soviética como o referencial histórico mais destacado, os inúmeros postulados *humanistas* da gestão, o enriquecimento



que marcou a *era dourada* do capitalismo, o desenvolvimento tecnológico acelerado – tudo, enfim, que prometia um mundo melhor – foi sucedido por um retrocesso a padrões do século XIX. Para resumir, um avanço na retirada dos direitos trabalhistas – conquistados por meio da luta – pela classe burguesa por meio da ação do estado.

O neoliberalismo resgata o individualismo burguês mais exacerbado, a administração flexível traz o discurso pretensamente lúcido da incerteza, o *toyotismo*, erigido à nova base técnico-científica, rompe os limites psicofísicos dos trabalhadores com a multifuncionalidade e incentiva cada vez mais a redução de custos via terceirizações, que, em perspectiva, tem conduzido a uma fase atual de precarização, quando não à degradação do trabalho. Milhões de seres humanos, nesse deslizar dos valores civilizatórios, abaixo e aquém da Revolução Francesa, vivem em regime de trabalho sem direitos e sem esperanças, no que hoje se chama de escravidão contemporânea.

A violência urbana e várias formas de ameaça à vida se colocam cada vez mais próximas, seja pela guerra aberta entre os povos, seja pela guerra diária urbana.

No mais fundo dessa história secular estão as crises do capitalismo, cujas soluções estão cada vez estão mais longe de reverter essa trajetória. O que pode ainda sustentar as expectativas humanistas com o capital e o Estado do capital?

Quando falamos de mudanças, na atualidade, sabemos o quanto estamos distantes desses objetivos – seja do bem-estar social, mais ainda da emancipação humana. E é preciso enfatizar que tais mudanças remetem às alterações qualitativas, portanto, não resumidas à pequenas melhorias no que denominamos usualmente de qualidade de vida de um estrato da classe trabalhadora. Melhorias essas que dão a impressão aparente de que há possibilidade de humanizar (ou moralizar) o capital. A superação dessa aparência necessita de radicalidade, no sentido de ir à raiz do problema e, nesse processo, o resgate das contribuições de Marx são fundamentais, afinal, sua analítica sobre o metabolismo do capital é um ponto de partida seguro – por ser ontológico – para a compreensão essencial das relações sociais hodiernas e a produção de práticas sociais emancipatórias. Mas certamente que hoje não pairam mais dúvidas de que boa parte do presente retrocesso se deu pela renúncia às expectativas mais radicais, que entretanto correspondem às necessidades mais evidentes. Tiramos do horizonte nosso *devoir* e ficamos andando em círculo, em espiral descendente.

Retomar as grandes questões críticas do marxismo com parceiros que, apesar das leituras e soluções diferentes, têm as mesmas preocupações como ponto de partida, é uma extraordinária oportunidade e pode ser a possibilidade de partilharmos um novo objeto.

REFERÊNCIAS

Academia de Ciência da União Soviética. (1961) *Manual de economia política*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória.

Althusser, L. & Balibar, E. (1978). *Para ler el capital*. México. Siglo XXI.

Aristóteles. (s/d). *Constituição dos atenienses*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Bahro, R. (1980). *A alternativa: para uma crítica do socialismo real*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Berle, A. A. (s/d). *A revolução capitalista do século XX*. Rio de Janeiro: Ipanema.

Berle, A. A. & Means, G. C. (1988). *A moderna sociedade anônima e a propriedade privada* (3a ed.). São Paulo: Nova Cultural.



Brasil. (2017). BNDES. *Privatização no Brasil: 1990-1994/1995-2002*. Recuperado em 5 março, 2017, de www.bndes.gov.br.

Brasil. (1986). *IPEADATA*. Rio de Janeiro: IPEA.

Bresser Pereira, L. C. (1977). *Estado e subdesenvolvimento industrializado*. São Paulo: Braziliense.

Burnham, J. (1941). *The managerial revolution: what is happening in the world*. Omaha: John Day Company.

Carcanholo, R. (2011). *Capital: essência e aparência* (2 v.) São Paulo: Expressão Popular.

Caribé, D. A. (2006). *Das fábricas ao Estado, do Estado às fábricas: a formação dos gestores enquanto classe*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia, BA, Brasil.

Dathein, R. (2011). Crise econômica e taxa de lucro nos EUA. *Revista de Economia Contemporânea*, 15(2), 322-341.

Dobb, M. (1978). *Economia política e capitalismo*. Rio de Janeiro: Graal.



Dos Santos, T. (2011) *Imperialismo y dependência*. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho.

Duménil, G. & Lévy, D. (2014). *A crise do neoliberalismo*. São Paulo: Boitempo.

Durkheim, E. (2016). Definição de socialismo (pp. 35-64). In: L. C. Frideman (Org.). *Socialismo: Émile Durkheim, Max Weber*. Rio de Janeiro: Ponteiro/Puc Rio.

Engels, F. (1978a). Classes sociais necessárias e surpélulas. In: *Temas de Ciências Humanas*. São Paulo: Editora Ciências Humanas.

Engels, F. (1978b) *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Engels, F. (1977a). Prefácio de "Guerra Civil em França". In: *Textos*. Vol. I. São Paulo: Alfa-Omega.

Engels, F. (1977b). *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. São Paulo: Alfa-Ômega.

Engels, F. (1973). *Anti-Duhring*. Porto: Afrodite.

Faoro, R. (1995). *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro* (v. 1). São Paulo: Globo.

Ferraz, D. L. S. & Muller, R. R. (2013). Assistencialismo e empreendimentos populares de trabalho: relações necessárias para a erradicação da pobreza? *Gestão e Sociedade*, 7(17), 186-219.

Galbraith, J. K. (1983). *O novo Estado industrial*. São Paulo: Pioneira.

Guedes, L. T. (2015). A relação entre ciência e ideologia na crítica da administração política. *Anais do Encontro de Administração Política*, Niterói, RJ, Brasil, VI.

Harvey, D. (1994). *Condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: Loyola.

Hobsbawn, E. (1995). *A era dos extremos*. São Paulo: Companhia das letras.

Holanda, S. B. (1984). *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio.

Ianni, O. (1965). *Estado e capitalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Kondratiev, N. D. (1979) The long waves in economic life. *The Review of Economics and Statistics*, II(4), 105-115.

Lênin, V. (1982). *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural.

Lênin, V. (1978). *Acerca de la incorporación de las masas a la administración del Estado*. Moscou: Progreso.

Lênin, V. (1978). *Esquerdismo: doença infantil do comunismo*. São Paulo: Símbolo.

Lima, J. A. & Passos, E. (2014). Análise das emendas constitucionais sob a perspectiva da Legística Formal. *Revista de Informação Legislativa, Coordenação de Edições Técnicas do Senado Federal*, 51(201), 215-243.

Lukács, G. (1972). *El asalto a la razón* (3a ed). Barcelona: Grijalbo.

Mandel, E. (1990). *A crise do capital – Os fatos e sua interpretação marxista*. São Paulo: Ensaio.

Marx, K. (2013). *O Capital. Livro I*. São Paulo: Boitempo.

Marx, K. (2011). *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo.

Marx, K. (2010). *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo.

Marx, K. (2007). *Miséria da filosofia*. São Paulo: Martin Claret.

Marx, K. (2006). *Manuscrito econômico-filosófico*. São Paulo: Boitempo.

Marx, K. (2001). *El Capital. Livro 3*. México: Fondo de Cultura Económica.

Marx, K. (1985). *Teorias da mais-valia*. São Paulo: Difel.

Marx, K. (1985). *O capital. Livro 3, Tomo 1*. São Paulo: Abril.

Marx, K. (1982). Prefácio à "Contribuição à Crítica da Economia Política" (pp. 45-50). In:

K. Marx & F. Engels. *Textos, Volume III*. São Paulo: Alfa-Omega.

Marx, K. (1980). *O Capital. Livro 2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Marx, K. & Engels, F. (2007). *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo.

Marx, K. & Engels, F. (2001). *O manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo.

Marx, K. & Engels, F. (1982). Manifesto Comunista. In: *Textos, vol. III*. São Paulo: Edições Sociais/ Alfa-Omega.

Marx, K. & Engels, F. (s/d). A ideologia alemã. Recuperado em 13 fevereiro, 2017 de <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000003.pdf>.

Mészáros, I. (2002). *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo.

Mills, C. W. (1969). *A nova classe média*. Rio de Janeiro: Zahar.

Motta, F. C. P. (2001). *Teoria das organizações: evolução e crítica* (2a ed). São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

Netto, J. P. & Braz, M. (2006). *Economia Política*. São Paulo: Cortez.

OCDE. (1977). *Pour le plein emploi et la stabilité des prix* (Relatório McCracken). Paris: OCDE.

Ostrovitianov, K. V. et al. (1961). *Manual de economia política*. Rio de Janeiro: Vitória.



Paço Cunha, E. (2016). Centralidade da gestão e os limites da razão política: as contradições sociais como objeto real da gestão do Estado. *Anais do Encontro de Administração Política*, Juiz de Fora, MG, Brasil, VII.

Paço Cunha, E. (2015). Ensino da administração política e consciência de classe. *Anais do Encontro de Administração Política*, Niterói, RJ, Brasil, VI.

Paço Cunha, E.; Guedes, L. T. (2016). "Teoria das relações humanas" como ideologia na particularidade brasileira (1929-1963). *Farol –Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 3(8), 925-986.

Poulantzas, N. (1985). *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal.

Poulantzas, N. (1978). *As classes sociais no capitalismo de hoje* (2a ed). Rio de Janeiro: Zahar.

Prado Junior, C. (1972). *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense.

Ribeiro, D. (2006). *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.



Ribeiro, E. M. (2009). Revisitando o conceito de administração política. *Revista Brasileira de Administração Política*, 1(1), 11-22

Ribeiro, E. M. & Santos, R. S. (1993). A administração política brasileira. *Revista de Administração Pública*, 27(4), 102-135.

Rizzi, B. (1983). *A burocratização do mundo*. Lisboa: Antígona.

Roberts, M. (2012). The US rate of profit – extending the debate. In: Michael Roberts blog – from a Marxist economist. Recuperado em 22 março, 2017, de <https://thenextrecession.wordpress.com/2013/12/19/the-us-rate-of-profit-extending-the-debate>.

Santos, R. S. (2001). Em busca da apreensão de um conceito para administração política. *Revista de Administração Pública*, 35(5), 49-77.

Santos, R. S. (s/d). *Manifesto da administração política para o desenvolvimento do Brasil*.

Recuperado em s/d, de www.adm.ufba.br/sites/default/files/noticia/anexo/manifesto.pdf.

Santos, R., Ribeiro, E. M., & Chagas, T. (2009). Bases teórico-metodológicas da administração política. *Revista de Administração Pública*, 43(4), 919-941.

Santos, R. S., Gomes, F. G., Santos, T. C. S., Ribeiro, E. M., & Andrade Filho, L. M. (2016). A crise, o Estado e os equívocos da administração política do capitalismo contemporâneo. *Cadernos EBAPE.BR*, 14(4), 1011-1034.

Tragtenberg, M. (2005). *Burocracia e ideologia* (2a ed). São Paulo, Unesp.

Xenofonte (1999). *Econômico*. São Paulo: Martins Fontes.

Administração política: por uma agenda de pesquisa marxista

Resumo

O objetivo do presente ensaio é problematizar a Administração Política como área de estudos e como prática social. Esse objetivo, no entanto, está demarcado nos limites da propositura inicial de uma agenda de pesquisa marxista. Assim, discutem-se os avanços, os limites e possibilidades da área a partir das considerações materialistas e são apresentados os elementos indicadores de uma agenda de pesquisa e de debate acerca do Estado, da gestão e das crises.

Palavras-Chave

Administração Política, Agenda Marxista de Pesquisa, Estado, Administração, Crises

Administración política: por una agenda de investigación marxista

Resumen

El objetivo del presente ensayo es problematizar la Administración Política como área de estudios y como práctica social. Ese objetivo, sin embargo, está definido en los límites de la propuesta inicial de una agenda de investigación marxista. Así, se discuten si los avances, los límites y posibilidades del área a partir de consideraciones materialistas y son presentados los elementos indicadores de una agenda de investigación y de debate sobre el Estado, la Gestión y las Crisis.

Palabras-clave

Administración Política; Agenda Marxista de Investigación; Estado; Administración, Crisis.

Political administration: to a Marxist research agenda

Abstract

The objective of this essay is to debate the Political Administration as a field of studies and as social practice. Notwithstanding, this objective is limited by an initial Marxist research agenda. Thus, one discuss the advances, limits and possibilities of such field from a materialist perspective. Also, one show the elements of an agenda related to the State, Administration and Crises,

Keywords

Political Administration, Marxist Research Agenda, State, Administration, Crises

Autoria

Agatha Justen

Doutora em Administração pela Fundação Getulio Vargas. Professora Adjunta da Universidade Federal Fluminense. <http://lattes.cnpq.br/3428579793067406>. <https://orcid.org/0000-0002-6191-7942>. E-mail: agatha_justen@hotmail.com.

Claudio Roberto Marques Gurgel

Doutor em Educação pela Universidade Federal Fluminense. Professor Associado da Universidade Federal Fluminense. <http://lattes.cnpq.br/9907815760130945>. <https://orcid.org/0000-0003-4840-9772>. E-mail: crmurgel@hotmail.com.

Deise Luiza da Silva Ferraz

Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora Adjunta da Universidade Federal de Minas Gerais. <http://lattes.cnpq.br/5291366705941686>. <https://orcid.org/0000-0002-4267-8261>. E-mail: deiseluiza@face.ufmg.br.

Elcemir Paço Cunha

Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor Adjunto da Universidade Federal de Juiz de Fora. <http://lattes.cnpq.br/8165092346693284>. <https://orcid.org/0000-0002-1978-0110>. E-mail: paco.cunha@facc.ufjf.br.

Endereço para correspondência

Agatha Justen. Rua Mário Santos Braga, s/n, Campus Valonguinho, Centro, Niterói, RJ, Brasil. CEP: 24020-140. Telefone: (+55 21) 26299866.

Como citar esta contribuição

Justen, A., Gurgel, C. R. M., Ferraz, D. L. S., & Paço-Cunha, E. Administração política: por uma agenda de pesquisa marxista. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 4(10), 663-759.

Contribuição Submetida em 30 mar. 2017. Aprovada em 18 abr. 2017. Publicada online em 20 out. 2017. Sistema de avaliação: Double Blind Review. Avaliação sob responsabilidade do Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Editorxs Especiais: Elinaldo Leal Santos, Elizabeth Matos Ribeiro, Fábio Guedes Gomes e Reginaldo Souza Santos.

